



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**FACULDADE DE ECONOMIA**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**ALINE SILVA AGAPITO**

**DETERMINANTES INDIVIDUAIS DA DEMANDA POR PREVIDÊNCIA PRIVADA  
NO BRASIL: O PAPEL DA RENDA E DO ENSINO SUPERIOR**

**SALVADOR**

**2018**

**ALINE SILVA AGAPITO**

**DETERMINANTES INDIVIDUAIS DA DEMANDA POR PREVIDÊNCIA PRIVADA  
NO BRASIL: O PAPEL DA RENDA E DO ENSINO SUPERIOR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Ciências Econômicas.

Área de Concentração: Economia Aplicada.

Orientadora: Prof. Dr<sup>a</sup> Diana Lúcia Gonzaga da Silva

**SALVADOR**

**2018**

Ficha catalográfica elaborada por Valdeina Veloso CRB 5/1092

A259	<p>Agapito, Aline Silva</p> <p>Determinantes individuais da demanda por previdência privada no Brasil: o papel da renda e do ensino superior / Aline Silva Agapito. - Salvador: 2018</p> <p>56p. tab. fig. graf.</p> <p>Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Economia) - Faculdade de Economia, Universidade Federal da Bahia, 2018</p> <p>Orientador: Prof. Dr<sup>a</sup> Diana Lúcia Gonzaga da Silva</p> <p>1.Previdência privada 2. Reforma da previdência. 3. Educação 4. Renda. I. Silva, Diana Lúcia Gonzaga da. II. Universidade Federal da Bahia</p> <p>CDD 368.4</p>
------	---

**ALINE SILVA AGAPITO**

**DETERMINANTES INDIVIDUAIS DA DEMANDA POR PREVIDÊNCIA PRIVADA  
NO BRASIL: O PAPEL DA RENDA E DO ENSINO SUPERIOR**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovado em \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

Banca Examinadora

---

Prof. Dr<sup>a</sup>. Diana Lúcia Gonzaga da Silva  
Universidade Federal da Bahia - UFBA

---

Prof. Dr. Gervásio Ferreira dos Santos  
Universidade Federal da Bahia - UFBA

---

Prof. Dr. Vinícius de Araújo Mendes  
Universidade Federal da Bahia - UFBA

Dedico este trabalho ao professor Ricardo Caffé (*in memoriam*), pessoa que me proporcionou sentimento de orgulho pela primeira vez como economista.

Também dedico a todas as mulheres que, assim como eu, tornam-se fortes por ocasião e descobrem que a força vem de dentro pra fora, superam-se e contribuem para uma sociedade evoluída, mesmo sem o saber.

## AGRADECIMENTOS

Ao ter nas mãos o resultado deste trabalho, sinto-me orgulhosa disto e imensamente agradecida por não ter desistido, por ter persistido, por ser resiliente e por ter me superado e me proporcionado mergulhar nos estudos, me dedicado a isto com tanto afinho e paixão.

Agradeço aos colegas de curso Enrique Noel e Paulo Jerônimo, que me deram grande auxílio em meus momentos de dúvidas técnicas.

Obrigada a minha mãe, Maria Gislândia, por me fazer economista desde sempre, pelo incentivo, pela curiosidade em torno da minha pesquisa e pelos seus valores plantados em mim.

Obrigada aos professores da Faculdade de Economia da UFBA: André Ghirardi, Giselle Tiryaki, Hamilton Oliveira e Ihering Alcoforado, por seu enorme conhecimento, sua acessibilidade, humildade e gentileza para comigo. A minha admiração por vocês contribuiu grandemente pelo meu amor à Economia.

Meu agradecimento mais do que especial à minha orientadora Diana, por sua grande competência, sua enorme paciência comigo, com meus percalços ao longo da jornada, minhas limitações, a seus valiosos ensinamentos. Por ter abraçado este trabalho com tanto zelo, qualidade e dedicação e, com tanto primor, ter me ajudado a lapidá-lo e transformá-lo no que é hoje. Com certeza, sem a sua participação não teria chegado a este resultado brilhante.

“O mundo te respeitará na exata proporção que você não tiver medo dele”.

(Clóvis de Barros Filho)

## RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de identificar a relação da renda e do nível superior de escolaridade (em andamento ou concluído) com a decisão de investir em previdência privada. A decisão é vista como forma de investimento para utilização futura no período pós-laboral. Portanto, o trabalho analisa se os indivíduos que possuem renda mais alta têm maior propensão a aplicar em planos de previdência privada, bem como aqueles que possuem nível superior de escolaridade. Com a alteração da pirâmide demográfica do Brasil, o número de idosos aumentou consideravelmente e tende a aumentar ainda mais, assim como a quantidade de nascimentos tende a diminuir como tem ocorrido. Isso veio a desencadear problemas na Previdência Oficial e, por consequência, trouxe algumas propostas de alterações em seus parâmetros através da PEC 287 (2016) sobre a Reforma da Previdência. Existem estudos que indicam que tanto a educação quanto a renda influenciam na demanda por previdência privada. Nesta pesquisa foi utilizada a regressão econométrica através do modelo *logit* como metodologia para a análise dos resultados. A base de dados da pesquisa foi extraída da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), com amostras dos anos de 2012 e 2015. O principal resultado encontrado confirma a relação positiva da renda e do nível superior de escolaridade com a probabilidade de contribuir com a previdência privada. A renda aumentou a probabilidade média de contribuição (razão de chances) em 14% e o nível superior aumentou em 224%.

Palavras-chave: Previdência privada. Demografia. Reforma da previdência. Educação. Renda.

## **ABSTRACT**

The goal of this study is to identify the relationship between income and college grade (in progress or completed) with the decision to invest in a private pension plan. The decision is seen as a form of investment for future use in the retirement period. Therefore, the research analyzes whether individuals with higher incomes are more likely to contribute to private pension plans, as well as those with a higher education level. With the change of the demographic pyramid of Brazil, the number of elderly people has increased considerably and tends to increase even more, just as the number of births tends to decrease as it has occurred. This has generated problems in the State Social Security System and, consequently, brought some proposals for changes in its parameters through the PEC 287 (2016) on Pension Reform. There are studies that indicate that both education and income influence the demand for private pension. In this research, an econometric regression was used through the logit model as a methodology for the analysis of the results. The research database was extracted from the National Household Sample Survey (PNAD), for the years of 2012 and 2015. The main finding confirms the positive relationship between income and the college level of schooling with the probability of contributing to a private pension plan. Income increased the average odds ratio by 14% and the college level increased by 224%.

Key-words: Private pension plan. Demography. Reform of Social Security. Education. Income.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Distribuição em percentual dos benefícios previdenciários e assistenciais pagos, por tipo de benefício no Brasil entre 1988 e 2013.....	17
Gráfico 2 – População beneficiária do RGPS, por idade, sexo e tipo de benefício (2003).....	19
Gráfico 3 – População beneficiária do RGPS, por idade, sexo e tipo de benefício (2013).....	20
Gráfico 4 – Pirâmide Etária Absoluta (Brasil – Projeção 2020).....	22
Gráfico 5 – Arrecadação da Previdência Privada – Segmento de Pessoas.....	26
Quadro 1 – Descrição das variáveis, PNAD 2012 e 2015.....	40
Gráfico 6 – População (15 anos ou mais de idade), em %, que contribuiu para a previdência privada de 2012 a 2015.....	27
Gráfico 7 – População, em %, em idade ativa (10 anos ou mais de idade) dos anos 2012 e 2015.....	27
Gráfico 8 – População (15 anos ou mais de idade), em %, com classe de rendimento mensal (trabalho principal) com mais de 1/2 a 2 salários mínimos.....	29
Gráfico 9 – População (15 anos ou mais de idade), em %, com classe de rendimento mensal (trabalho principal) com mais de 2 a 5 salários mínimos.....	29
Gráfico 10 – População (15 anos ou mais de idade), em %, com classe de rendimento mensal (trabalho principal) com mais de 5 a 10 salários mínimos.....	30
Gráfico 11 – Rendimento médio mensal de todos os trabalhos para o ano de 2012.....	31
Gráfico 12 – Rendimento médio mensal de todos os trabalhos para o ano de 2015.....	32
Gráfico 13 – População (10 anos ou mais de idade) com 15 ou mais anos de estudo, em %, por Região Metropolitana.....	33
Gráfico 14 – Número em % de pessoas ocupadas (15 anos ou mais de idade) com 2 ou mais trabalhos.....	33

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Homens e mulheres (15 anos ou mais de idade), em %, que contribuíram para a previdência privada de 2012 a 2015.....	28
Tabela 2 – Posição na ocupação (10 anos ou mais de idade), em %, no trabalho principal no ano de 2012.....	30
Tabela 3 – Posição na ocupação (10 anos ou mais de idade), em %, no trabalho principal no ano de 2015.....	31
Tabela 4 – Estatísticas descritivas da amostra: 2012 (Brasil e nas Regiões Metropolitanas)...	46
Tabela 5 – Estatísticas descritivas da amostra: 2015 (Brasil e nas Regiões Metropolitanas)...	47
Tabela 6 – Estimções econométricas da demanda por previdência privada: 2012 .....	48
Tabela 7 – Estimções econométricas da demanda por previdência privada: 2015.....	50
Tabela 8 – Estatísticas de Ajuste do Modelo Estimado: 2012 e 2015.....	52

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
2	<b>PREVIDÊNCIA PRIVADA NO BRASIL: CARACTERÍSTICAS ESTRUTURAIS E DETERMINANTES DO INVESTIMENTO INDIVIDUAL</b> .....	15
2.1	SISTEMA PREVIDENCIÁRIO NO BRASIL E PREVIDÊNCIA PRIVADA.....	15
2.1.1	<b>Reforma da previdência: Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 287/2016</b>	20
2.2	COMPORTAMENTO DOS DETERMINANTES DO INVESTIMENTO EM PREVIDÊNCIA PRIVADA NO BRASIL: 2012-2015 .....	25
3	<b>REVISÃO DA LITERATURA</b> .....	34
4	<b>METODOLOGIA</b> .....	40
5	<b>RESULTADOS</b> .....	46
6	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	53
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	55

## 1 INTRODUÇÃO

A previdência privada é um tipo de plano que, como a previdência pública, oferece apoio financeiro pós laboral. Na previdência pública do Brasil é o governo quem se responsabiliza pela manutenção dos benefícios, recolhendo, ao longo da vida ativa do indivíduo, valores que irão servir para custear suas despesas quando da sua aposentadoria. Já na previdência privada é próprio indivíduo que contribui, com valores periódicos de sua escolha, para futuramente, ou a qualquer momento, também usufruir desta renda.

A previdência privada pode servir como um complemento à previdência social, somando-se à renda no período da aposentadoria, por isso também é chamada de previdência complementar. A renda que a previdência privada proporciona pode ser entendida como uma forma de manter o padrão de vida obtido durante a vida laboral que o benefício da previdência oficial pode não atingir, visto que este possui um teto, ou seja, um valor máximo que a pessoa terá direito a receber. Além disso, a previdência privada pode ser utilizada antes da aposentadoria do indivíduo, podendo ele fazer o uso do montante que fora acumulado até o momento ou qualquer parte dele. Apesar desses benefícios, a previdência privada ainda não é um produto muito difundido entre os brasileiros, que pouco conhecem sobre ela e, ainda investem pouco em algum plano. Além disso, o nível baixo de renda média e mediana no Brasil podem limitar esse tipo de investimento. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, a PNAD, em 2012 apenas 3,16% dos brasileiros, com quinze anos ou mais de idade, contribuíram para a previdência privada, aumentando apenas para 3,29% no ano de 2015.

Outro fator importante que é notado no Brasil, através da observação da nova pirâmide etária, é que o número de pessoas idosas tem aumentado significativamente, demonstrando alteração na expectativa de vida. O número de pessoas em idade ativa também apresenta aumento, apesar de não ser tanto quanto o de pessoas idosas. Já o número de crianças diminuiu drasticamente, mostrando que a taxa de natalidade reduziu nos últimos anos. Essas mudanças na pirâmide etária brasileira podem fundamentar o fato de a previdência pública estar enfrentando problemas financeiros. A quantidade de pessoas que trabalham não é suficiente para custear a quantidade de pessoas aposentadas, gerando dívida no sistema de previdência oficial do Brasil. Por conta disso é que existem propostas de modificações nos parâmetros da

previdência social, a mais conhecida delas sendo a PEC 287 (2016) que trata da reforma da previdência social do Brasil. Essa relação direta entre a alteração da pirâmide etária do Brasil e o funcionamento da previdência oficial é a base desta pesquisa, pois é importante entender como essa relação torna-se um incentivo ao preparo do indivíduo no que tange ao financiamento de sua aposentadoria, de como poderá ser custeado seu período pós laboral para manter os padrões financeiros mínimos conquistados durante a fase laboral.

O trabalho de Costa e Soares (2017), onde foram analisados quais seriam os determinantes na escolha de investir em previdência privada, mostrou que apenas 3,6% da amostra investigada (PNAD de 2011) investiu em previdência privada. Em linhas gerais, os indivíduos que investem em fundos de pensão têm escolaridade média acima da dos demais. Também foi observado que incrementos na renda aumentam a probabilidade em investir em previdência privada. Em Malmann (2004), 3,68% dos que responderam ao questionário da pesquisa disseram que fizeram adesão a um plano de previdência privada, pois achavam que teriam redução significativa em sua renda no momento da aposentadoria. A pesquisa de Constanzi e outros (2017) mostra que a previdência privada tem maior penetração nas classes com maior nível de renda e que há maior participação de pessoas da região Sudoeste do país “tanto por ser aquela com maior participação no total de ocupados, como também por ser aquela com maior percentual de contribuição entre os ocupados” (CONSTANZI *et al.*, 2017, p. 9).

Já o trabalho de Adami e Gough (2008), mostra que diversos estudos convergem em afirmar que existe uma forte relação positiva entre renda e taxas de poupança e afirmam que a incerteza com relação a renda e despesas de saúde, ou fatores comportamentais, pode causar taxas mínimas de poupança entre as famílias de baixa renda. Além disso, também afirmam que a educação pode ajudar a fornecer aos indivíduos o conhecimento financeiro necessário para criar orçamentos domésticos, iniciar planos de poupança, gerenciar dívidas e tomar decisões estratégicas de investimento para sua aposentadoria. Finalmente, eles mostraram que renda e escolaridade foram os preditores com maior poder explicativo em relação à proporção esperada de renda pós-aposentadoria recebida como pensão estadual, ou como montante de poupança reservada para a aposentadoria e também para a filiação a um plano de previdência privada.

Este trabalho tem o objetivo de identificar a relação da renda e do nível superior de escolaridade com a decisão de investir em previdência privada. A decisão é vista como forma

de investimento para utilização futura no período pós-laboral. Portanto, o trabalho analisa se os indivíduos que possuem renda mais alta têm maior propensão a aplicar em planos de previdência privada, bem como aqueles que possuem nível superior de escolaridade. Além disso, esse trabalho tem como finalidade disseminar o assunto tanto no meio acadêmico quanto entre a população em geral, para que se possa pensar em previdência complementar como uma decisão importante a ser adotada, podendo sensibilizar, inclusive, a se pensar em novas políticas públicas no que tange à educação financeira e preparo para a aposentadoria. A base de dados utilizada para o estudo foi a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), nos anos de 2012 e 2015. O método de investigação dos resultados utilizado foi a análise de regressão econométrica, através do modelo *logit*, para explicar o investimento em previdência privada.

Além desse capítulo de introdução, este trabalho possui mais cinco capítulos. O capítulo dois apresenta como a previdência privada está estruturada no Brasil e sua formação, além de dados estatísticos, para a população brasileira, sobre variáveis que podem influenciar a demanda por previdência privada. No capítulo seguinte é apresentada a revisão de estudos da literatura que fundamentou os conceitos teóricos da pesquisa. A metodologia empregada no trabalho será apresentada, em seguida, no capítulo quatro. No capítulo cinco serão apresentados os resultados com os modelos estimados, a partir das variáveis escolhidas, e a análise desses resultados. Finalmente, serão apresentadas as considerações finais, acerca do estudo, no último capítulo.

## **2 PREVIDÊNCIA PRIVADA NO BRASIL: CARACTERÍSTICAS ESTRUTURAIS E DETERMINANTES DO INVESTIMENTO INDIVIDUAL**

Este capítulo apresenta, de forma conceitual, a estrutura da previdência do Brasil e suas características históricas. Além disso, o capítulo traz dados atuais do comportamento da população brasileira em relação às variáveis que serão utilizadas no trabalho.

A seção 2.1 descreve o contexto histórico do sistema previdenciário no Brasil e o conceito de Previdência Privada, mostrando as diferenças que eles apresentam entre si. Na subseção 2.1.1 é apresentada uma elucidação sobre a proposta da Reforma na Previdência no ano de 2016 (a PEC 287). Já a seção 2.2 faz uma análise das variáveis que podem afetar o investimento em previdência privada, utilizando os dados da PNAD no período de 2012-2015.

### **2.1 SISTEMA PREVIDENCIÁRIO NO BRASIL E PREVIDÊNCIA PRIVADA**

Previdência é um tipo de seguro onde o indivíduo contribui com valores periódicos que lhe garantirá um benefício, num certo momento de sua vida, seja aposentadoria, morte, etc. A Previdência Social no Brasil é financiada com recursos sobre a folha de pagamento, cobrada dos empregados e dos empregadores, bem como receitas de aplicações financeiras, ou seja, durante a vida ativa do trabalhador, o governo recolhe, junto ao Sistema de Previdência, os valores referentes às contribuições vinculadas ao trabalhador para que, quando da necessidade deste, os benefícios possam ser utilizados. A previdência e seus benefícios são um direito de todo trabalhador, previsto na Constituição, conforme Artigo 201 da Constituição Federal (BRASIL, 1967).

Com o intuito de atender às reivindicações dos trabalhadores por melhores condições de trabalho e minimizar os riscos que corriam no exercício da função, no final do século XIX, na Alemanha, o Estado criou o primeiro sistema previdenciário, deixando de ser uma proteção assistencial, passando a integrar a esfera trabalhista. Seguindo esse curso, em 1923, no Brasil, foi criada uma lei, responsável pela criação de caixas de aposentadorias e pensões dos trabalhadores ferroviários no Brasil que garantia os benefícios a uma pequena parte desses operários e seus dependentes; era a Lei Eloy Chaves. Posteriormente, houve uma sequência de criação de várias outras caixas, que beneficiavam outros grupos de trabalhadores, que previam

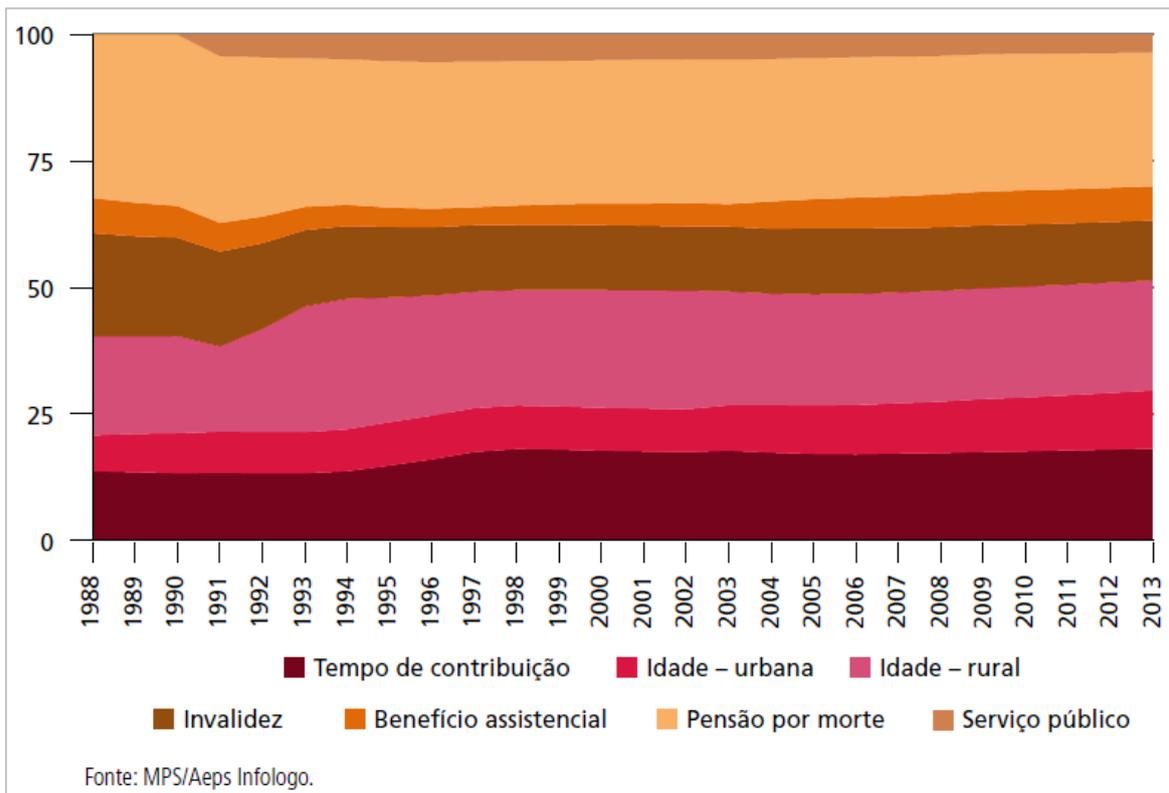
a forma de custeio da previdência, além de benefícios que seriam concedidos, operando sob o regime de capitalização (CAMARANO; FERNANDES, 2016).

Conforme Oliveira (1997, p.4), a “Seguridade Social pode ser definida como o conjunto de políticas e ações articuladas com o objetivo de amparar o indivíduo e/ou seu grupo familiar ante os eventos decorrentes de morte, doença, invalidez, idade, desemprego e incapacidade econômica em geral”. O conceito é abrangente e compreende todas as medidas que tenham por objetivo dar resguardo ao indivíduo nos seus mais diversos interesses, visando dar proteção para si e seus familiares.

A Previdência Social compreende os benefícios em dinheiro e os demais programas (reabilitação profissional, etc.) cuja finalidade é a de proporcionar ao indivíduo e aos seus dependentes as condições socialmente definidas como indispensáveis à sua manutenção, quando da perda da capacidade laborativa (BRASIL, 1967). Segundo Camarano e Fernandes (2016), a diferença entre a assistência social e a previdência social está na forma como elas são financiadas; enquanto a primeira é completamente subsidiada pelo governo, através do recolhimento de tributos específicos pagos pelos cidadãos, a segunda consiste de uma contribuição mútua para que possa haver o direito de recebimento futuro por parte do beneficiário. Dessa forma, como o Art. 201 da CF (BRASIL, 1988) rege, “a previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados os critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial”, ou seja, a previdência social acaba sendo uma poupança “forçada” para que o indivíduo possa manter as condições financeiras para o consumo futuro, quando não houver mais condições de exercer atividade laboral.

No gráfico 1 abaixo, é demonstrada a distribuição dos benefícios previdenciários e assistenciais pagos, por tipo de benefício no Brasil, entre 1988 e 2013. É possível notar que as pensões por morte representaram, em 2013, 26,4% dos benefícios pagos, representando uma queda entre 2005 e 2013, resultado que pode ser atribuído às mudanças no papel social da mulher que passou a ser beneficiária da aposentadoria, não somente das pensões (CAMARANO; FERNANDES, 2016).

Gráfico 1 – Distribuição em percentual dos benefícios previdenciários e assistenciais pagos, por tipo de benefício no Brasil entre 1988 e 2013.



Fonte: Camarano e Fernandes (2016, p. 12).

Previdência complementar ou previdência privada é um benefício que não está ligado ao sistema do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Ela é complementar à previdência pública, por isso também é chamada de Previdência Complementar. O que é complementar pode ser constituído sem que haja qualquer vínculo com a previdência básica, ou seja, nos planos de previdência privada, é possível escolher o valor da contribuição e a periodicidade em que ela será feita. Além de complementar à aposentadoria, é possível considerar a previdência privada como uma forma de diversificação de investimento e de incentivo à poupança. Tem como objetivo, como o próprio nome indica, complementar os benefícios e serviços do seguro social básico, seja como aposentadoria, para utilização pós laboral, seja como benefício de urgência, como acidentes.

Com o sentido de complementar a ação da previdência oficial, considerando o fato de não ser possível ao sistema oficial garantir a proteção da qualidade de vida durante a aposentadoria dos trabalhadores, foi criada, em abril de 1904, a Caixa de Previdência dos Funcionários do

Banco do Brasil, se tornando o primeiro fundo de previdência fechada brasileiro (MADUREIRA *et al.*, 2016).

Entre as décadas de 1960 e 1970 ocorre a criação da maioria dos fundos de pensão das empresas estatais e suas subsidiárias, destacando-se os da Telebrás, Eletrobrás e Vale do Rio Doce. Em 1966 foi criado o INPS – Instituto Nacional de Previdência Social, em 1967 houve a criação do Fundo de Beneficência aos Funcionários do Banco de Estado do Paraná S.A – FUNBEP e em 1970 foi criada a Fundação Petrobras de Seguridade Social – PETROS (MADUREIRA *et al.*, 2016). Além disso:

A lei 6435, de 15 de julho de 1977 é o instrumento legal que, segundo Oliveira (1998), marca o início da legislação sobre previdência privada no Brasil. A lei já em seu primeiro artigo define que Entidades de Previdência Privada são as que tem por objetivo instituir planos privados de concessão de pecúlios ou de rendas, de benefícios complementares ou assemelhados aos da Previdência Social, mediante contribuição de seus participantes, dos respectivos empregadores ou de ambos (MALLMANN, 2004, p. 40).

O Sistema de Previdência no Brasil é representado pela Previdência Oficial (Pública), Previdência Complementar Fechada e Previdência Complementar Aberta, onde:

A Previdência Oficial abrange o Regime Geral (para trabalhadores celetistas) e o Regime Próprio (para trabalhadores estatutários). É regida pelo Direito Público, gerida por meio de uma autarquia federal, possui adesão compulsória, com contribuições vertidas por trabalhadores, por empregadores e, em alguns casos, também pelo Estado (CASTELÃO, 2012, p. 22).

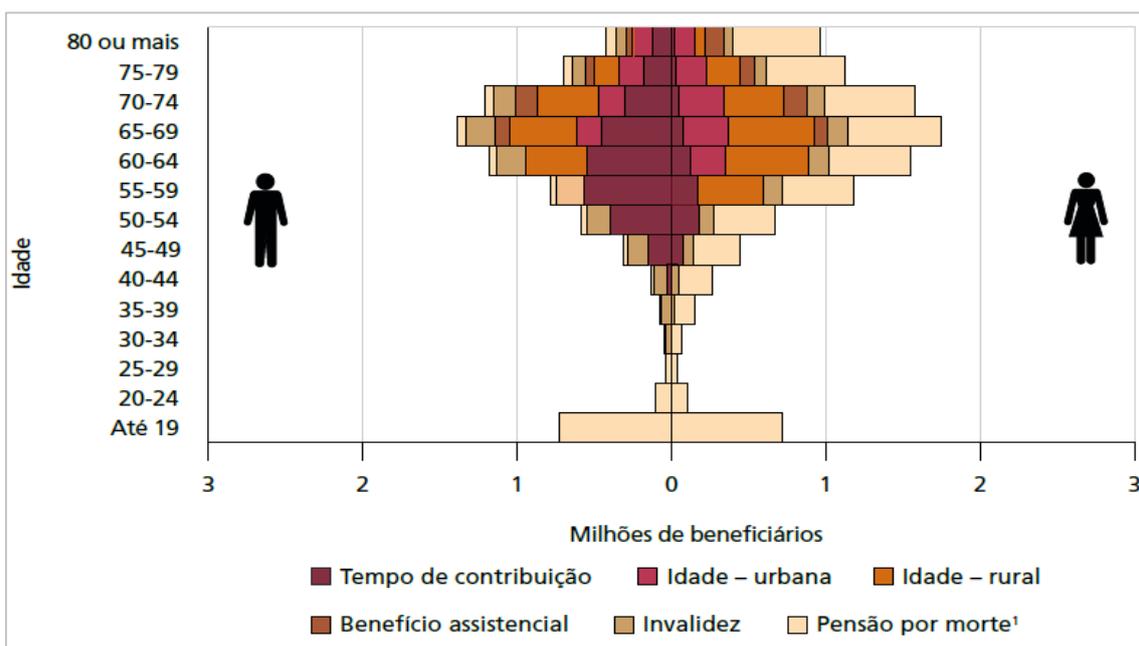
Existem dois formatos de previdência privada que são comercializados: o aberto e o fechado. A previdência privada fechada, mais conhecida como fundo de pensão é composta por empresas e voltada exclusivamente aos seus funcionários, não podendo ser comercializada para quem não é funcionário daquela empresa. Seus planos são fiscalizados pela PREVIC (Superintendência Nacional de Previdência Complementar), autarquia vinculada ao Ministério da Previdência Social, responsável por fiscalizar as atividades das entidades fechadas de previdência complementar. Já a previdência privada aberta tem como órgão normativo o Conselho Nacional de Seguros Privados e como órgão executivo a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), ambos vinculados ao Ministério da Fazenda. Os planos de previdência privada aberta são comercializados por bancos e seguradoras, e podem ser adquiridos por qualquer pessoa física ou jurídica (SUSEP, 2018).

Como o sistema previdenciário oficial brasileiro está estruturado em regime de repartição (*pay-as-you-go*), ou seja, a geração produtiva atual suporta os benefícios pagos à geração que se aposentou no passado e espera que seja financiada por uma nova geração no futuro, parece que se consolida um colapso nesse sistema. Dessa forma:

Os gastos com a seguridade social no Brasil, como proporção do produto interno bruto (PIB), são altos, já parecidos com aqueles de sociedades mais maduras. Como a população passará a envelhecer de forma acelerada nos próximos anos, a tendência é que este gasto venha a atingir patamares perigosamente elevados. Quanto mais as pessoas viverem – o que é excelente para os indivíduos e uma conquista da sociedade brasileira –, mantidas as condições de crescimento do PIB dos últimos trinta anos e as regras previdenciárias atuais, maior será o passivo previdenciário, o que exigirá maior parcela do produto gerado pela sociedade. O gasto mensal do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) compreende aproximadamente 26 milhões de benefícios, dos quais quase 25 milhões são estritamente previdenciários (TAFNER *et al.*, 2014, p. 1-3).

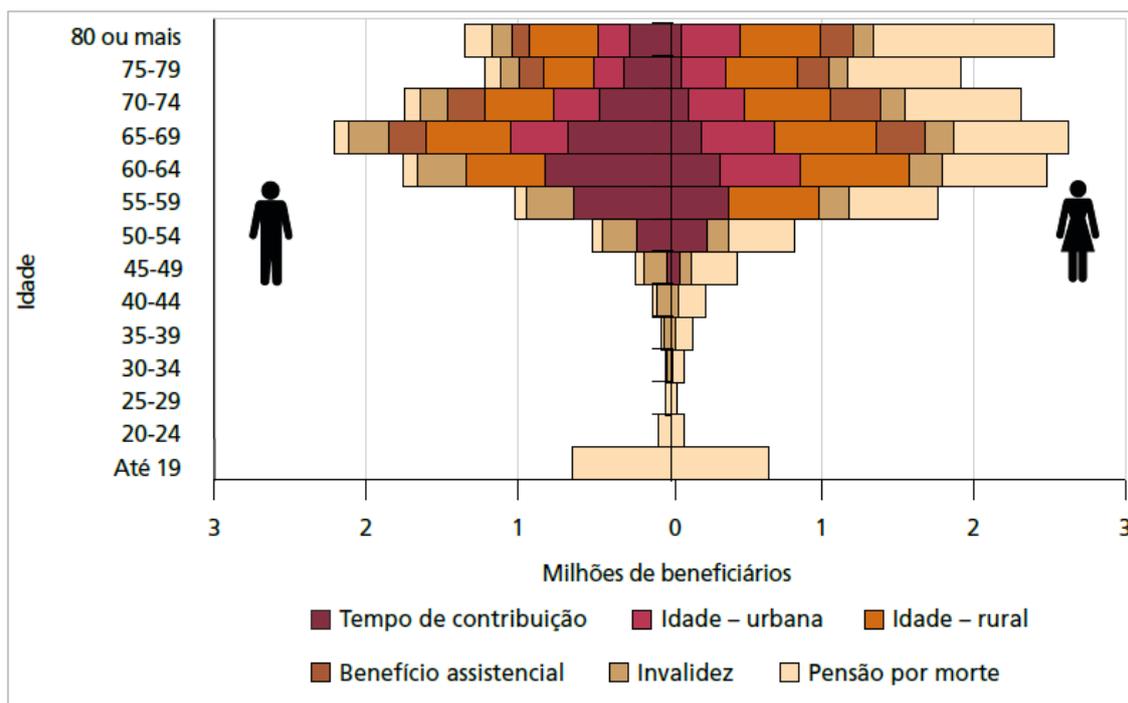
Com a observação dos gráficos 2 e 3 abaixo fica evidente, em relação à idade de recebimento dos benefícios, que o “maior incremento na idade mediana foi observado para a população que recebe pensões por morte, seguido das aposentadorias por tempo de contribuição” (CAMARANO; FERNANDES, 2016, p. 15). Portanto, o envelhecimento da população, a redução da mortalidade adulta e o adiamento da idade para o recebimento do benefício devem refletir nesses resultados.

Gráfico 2 – População beneficiária do RGPS, por idade, sexo e tipo de benefício (2003)



Fonte: Camarano e Fernandes (2016, p. 16).

Gráfico 3 – População beneficiária do RGPS, por idade, sexo e tipo de benefício (2013)



Fonte: Camarano e Fernandes (2016, p. 16).

Assim como outros países latino americanos, o Brasil apresentou, a partir da década de 1960, uma transição demográfica avançada de um modelo de fecundidade elevada associada à alta mortalidade para outro modelo de características perfeitamente opostas. O resultado dessas alterações etárias, até a década de 1970, foi um aumento da influência dos jovens na população brasileira, expandindo a quantidade de pessoas em idade ativa. A rapidez da transição, junto com o envelhecimento populacional, que ainda se dará nas próximas décadas, acaba por colocar em risco a sustentabilidade a médio e longo prazo da Previdência Social. Considerando esse contexto, torna-se de grande importância procurar mecanismos para garantir essa sustentabilidade (CONSTANZI; ANSILIERO, 2017).

### 2.1.1 Reforma da previdência: Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 287/2016

Nos últimos anos, as mudanças socioeconômicas vividas pelo Brasil vêm interferindo na previdência social do país que se vê forçado a re-planejar sua estrutura financeira bem como seus planos de benefícios. Como já foi dito, existem alguns pontos que influenciam inegavelmente no sistema previdenciário brasileiro como: a diminuição do número de nascimentos (cai de seis no ano de 1950, para dois nascimentos), o que acarreta, ao longo do tempo, considerável redução no número de contribuintes para o sistema de previdência social

e que prejudica a estabilidade atuarial do sistema; a intensa e sólida entrada da mulher no mercado de trabalho, que causa uma mudança no perfil da família, é outro fator que deve ser considerado; além disso, a constatação de que a mulher está tendo uma responsabilidade maior no sustento de sua casa, altera também a estrutura de benefícios da previdência social (MALLMANN, 2004).

Diante disso, sobretudo no mundo ocidental, a questão de como financiar a aposentadoria da população tornou-se uma grande preocupação dos formuladores de políticas públicas, incentivando o trabalho de Adami e Gouch (2008), onde pesquisaram os governos italiano e inglês sobre suas políticas no que diz respeito à previdência social e a relação destas políticas com o comportamento da população em relação à poupança privada para a aposentadoria. Assim, mostraram que o governo italiano, em 2000, prometeu aumentar o financiamento de aposentadorias através das pensões privadas, revisando e simplificando o regulamento fiscal, que abrangeria todos os tipos de regimes de previdências privadas, enquanto na Grã-Bretanha o Estado já reconhecia a necessidade de aumentar a poupança privada previdenciária, desde a década de 1980.

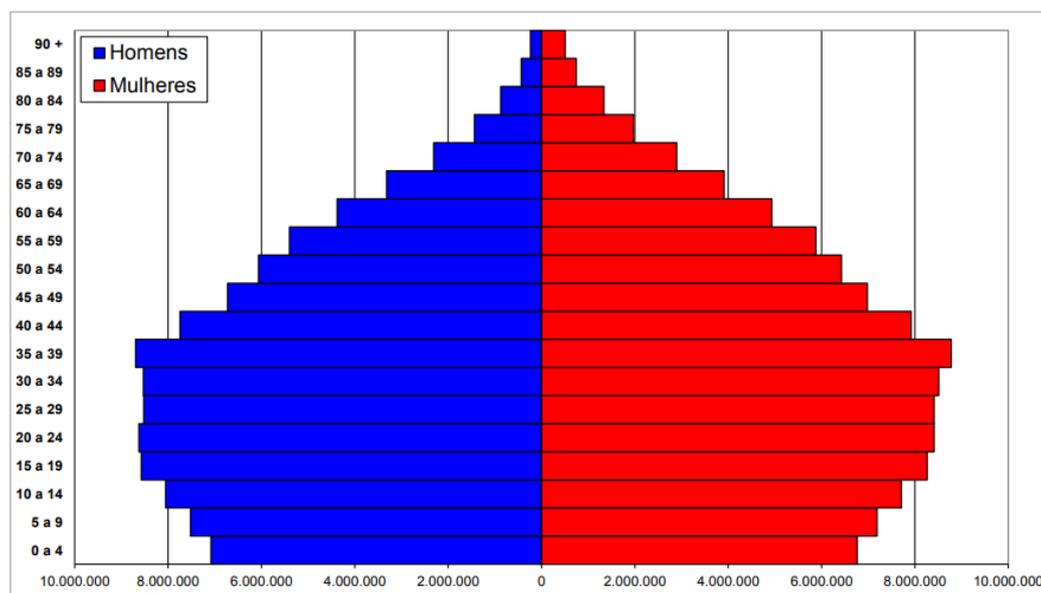
Segundo Camarano e Fernandes (2016, p. 12), “Em 25 anos, o número total de benefícios pagos pelo RGPS aumentou 2,8 vezes. Passou de 9,9 milhões em 1988 para 26,6 milhões em 2013”. Portanto, é notório que a previdência pública vem acumulando déficits, embora já tenha passado por algumas reformas. As mudanças sociais em curso prejudicam a geração de novos recursos para a preservação do sistema público e dos benefícios oferecidos aos segurados (MALLMANN, 2004). Nesse aspecto:

A situação da previdência social agravou-se de tal maneira nos anos 90 que passou a ser um dos mais graves problemas das finanças públicas do Brasil. Déficits crescentes associados a um histórico quadro de desigualdades e diferenças de direitos e regras fizeram com que esse tema ocupasse uma posição de destaque na agenda político-econômica do país. Além da necessidade de se dotar o país de um sistema previdenciário mais equilibrado e igualitário, generalizou-se a percepção de que o equacionamento adequado das contas da previdência é uma das condições imperiosas para o equilíbrio das contas públicas, criando, assim, condições para a retomada do crescimento sustentado (ZYLBERSTAJN *et al.*, 2006, p. 1).

Com base no gráfico 4, em uma breve análise da atual pirâmide etária do Brasil (projeção para o ano de 2020) em comparação com a da década de 1980, é possível perceber a mudança no

perfil dos brasileiros; o “envelhecimento” da população é notório (e isto está acontecendo rapidamente). Como a longevidade cresce, aumenta o número de indivíduos que terá que ser “sustentado” pelo sistema de previdência social.

Gráfico 4 – Pirâmide Etária Absoluta (Brasil – Projeção 2020)



Fonte: IBGE (2013).

Nesse aspecto, “como resultado do rápido envelhecimento da população brasileira, a relação entre contribuintes e beneficiários decresceu rapidamente, passando de 2,50 em 1990 para 1,28 em 2001” (MPAS, 2002 *apud* ZYLBERSTAJN *et al.*, 2006, p. 58).

O que vem acontecendo é um aumento significativo da participação dos idosos na população total e uma redução na parcela de pessoas mais jovens. “O grupo etário de 60 anos ou mais representava, em 1950, 4,2% da população e, em 2010, passou para 10,8%” (TAFNER *et al.*, 2014, p. 10). Com alta tendência de continuidade no crescimento, essa relação deve dobrar de tamanho nos próximos trinta anos, chegando a se igualar com a estrutura etária dos países-membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Apenas a mudança no padrão demográfico já pode causar consideráveis modificações na estrutura de riscos e expectativas dos sistemas previdenciários. A taxa de dependência contributiva é uma dessas modificações, pois pode reduzir o número de contribuintes que financiam os beneficiários (TAFNER *et al.*, 2014).

A forma de financiamento da previdência oficial – o regime financeiro da previdência pública brasileira é o de repartição, isto é, os pagamentos aos aposentados são custeados pelas contribuições dos trabalhadores que ainda estão na ativa, sendo o regime afetado pelo bônus demográfico – é uma questão que atinge muitos outros países, inclusive em relação às mudanças demográficas. Existem estudos que mostram que tanto os países europeus quanto o Japão e os Estados Unidos passarão por problemas nos seus sistemas previdenciários, de forma que será necessário seu reequilíbrio para ajuste das finanças públicas (COSTA; SOARES, 2017). Vários autores, tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos, convergem em afirmar que as reformas já realizadas reduziram o déficit do sistema, mas ainda assim o desequilíbrio persiste, o que requer maiores ajustes. Segundo Tafner *et al.* (2014, p. 1), “O Brasil está passando pelo mesmo processo, especialmente a partir da metade do século passado, quando três importantes fatores demográficos entraram em funcionamento: *i*) a diminuição da mortalidade infantil; *ii*) a queda na fecundidade; e *iii*) a redução da mortalidade adulta”.

Levando-se em consideração que com esse envelhecimento do Brasil será necessário rever a manutenção das regras atuais dos benefícios sociais, é sabido que os desafios fiscais são inadiáveis. Com a possibilidade de receber benefícios sem a contrapartida contributiva, o acúmulo desses benefícios e o acesso à aposentadoria em idade precoce, entre outros fatores, reforçam a necessidade da alteração fiscal (TAFNER *et al.*, 2014). Assim, ainda de acordo com o autor,

essa mudança demográfica terá efeitos expressivos sobre as condições de vida para a sociedade como um todo. Se, de um lado, haverá redução do número de crianças e jovens de até 24 anos (idade universitária), implicando redução da pressão fiscal sobre o sistema educacional, de outro lado, o aumento acentuado das idades média e mediana da população e da parcela idosa no total da população trará novas e poderosas pressões sobre gastos com saúde pública e com previdência (TAFNER *et al.*, 2014, p. 30).

Portanto,

Nesse contexto, a preocupação com as condições necessárias à manutenção da qualidade de vida das pessoas idosas tem crescido, e os temas relacionados a políticas públicas e a ações de proteção e cuidado específicos para idosos vêm adquirindo relevância inédita na agenda pública, conforme aponta estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (POLÍTICAS SOCIAIS, 2007 *apud* BORGES *et al.*, 2015, p. 147).

Em meio a esse contexto, em 2015 se iniciaram rumores sobre grandes transformações nas regras da Previdência Oficial do Brasil. Então, uma nova proposta de reforma foi encaminhada ao Congresso no final de 2016, sugerindo mudanças que afetavam tanto a estrutura quanto a cobertura iniciais da previdência pública (LAVINAS, 2017).

Mais conhecida como PEC 287, a Proposta de Emenda Constitucional, de dezembro de 2016, trata da proposta de alterações na Previdência Social, a Reforma da Previdência do Brasil. O governo defende que as alterações são importantes para equilibrar as finanças da União. Dessa forma:

A reforma da previdência – ou a PEC 287 – vale-se de duas linhas de argumentação para justificar mudanças de caráter abrangente e estrutural, modificando um modelo previdenciário que se consolidou na fase recente de crescimento (2004-2014). (...)levanta a ameaça de que o célere envelhecimento da população brasileira leve ao colapso do sistema público de aposentadorias nas próximas décadas. Estimativas elaboradas pelo governo sinalizam que a participação da população com mais de 60 anos no Brasil passaria de 12,59% do total da população em 2015, para 35,15% em 2060. De outro, retoma o argumento de que há que se elevar a taxa de poupança das famílias, sabidamente baixa no país, e, assim, contribuir para o aumento da taxa de investimento, igualmente insuficiente. Para incentivar esse movimento, não apenas se altera o sistema público, mas ao fazê-lo se estimula o fortalecimento dos regimes de capitalização que têm registrado um desenvolvimento bastante significativo na última década (LAVINAS, 2017, p. 616).

A proposta da PEC 287, apresentada em 2016, consta em mudanças tanto no Regime Geral de Previdência Social (RGPS) quanto no Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). De uma forma geral foi uma proposta ampla, que sugere regras como: a idade mínima de saída será de 65 anos para os homens segurados da área urbana, 62 anos para as mulheres seguradas da área urbana e servidoras públicas, 60 anos para os homens segurados da área rural e 57 anos para as mulheres seguradas das áreas rurais; criação de uma regra de transição para quem estiver se aposentando mais cedo - um pedágio de 30% do tempo de contribuição que faltar com idades mínimas progressivas; 50% do valor básico da aposentadoria para pensão por morte com acréscimo de 10% para cada dependente; para o cálculo no RGPS, seria 51% do valor médio básico de referência; extinção nas regras das aposentadorias especiais voltadas para atividades de risco dos RPPS e estabelecimento de idade mínima para aquelas atividades que envolvem agentes nocivos; idade mínima para as mulheres passa a ser 62 anos, com regra de transição<sup>1</sup>;

---

<sup>1</sup>Regra de transição: garantia, de forma geral, dos direitos adquiridos além de não promover qualquer alteração àqueles já aposentados.

foram eliminadas a integralidade e a paridade para os servidores públicos; aumento da idade mínima de 65 para 68 anos para idosos em situação de pobreza, no que diz respeito à transferência assistencial destinada a eles e desvinculação do mesmo em relação ao salário mínimo (CONSTANZI *et al.*, 2018).

Entre essas regras propostas, uma delas estabelece que a aposentadoria pode ser requisitada pelos homens quando somarem, entre tempo de contribuição obrigatória e idade, 95 anos e, no caso das mulheres, 85 anos. Para Lavinias (2017, p. 619), “essa regra, denominada progressiva, foi aprovada em 2015, como alternativa à supressão, pelo Congresso, do fator previdenciário”.

Portanto, com tantos fatores sendo modificados, tanto com as novas regras da aposentadoria e do recebimento de benefícios já implementadas, quanto com o contexto que envolve os acontecimentos e as mudanças na população, é possível dizer que existe uma conjuntura em favor da expansão da previdência privada por ser uma alternativa que já possui solidez no mercado, necessitando apenas de maior divulgação e incentivo que podem ser alcançados através de políticas públicas voltadas à educação financeira, por exemplo.

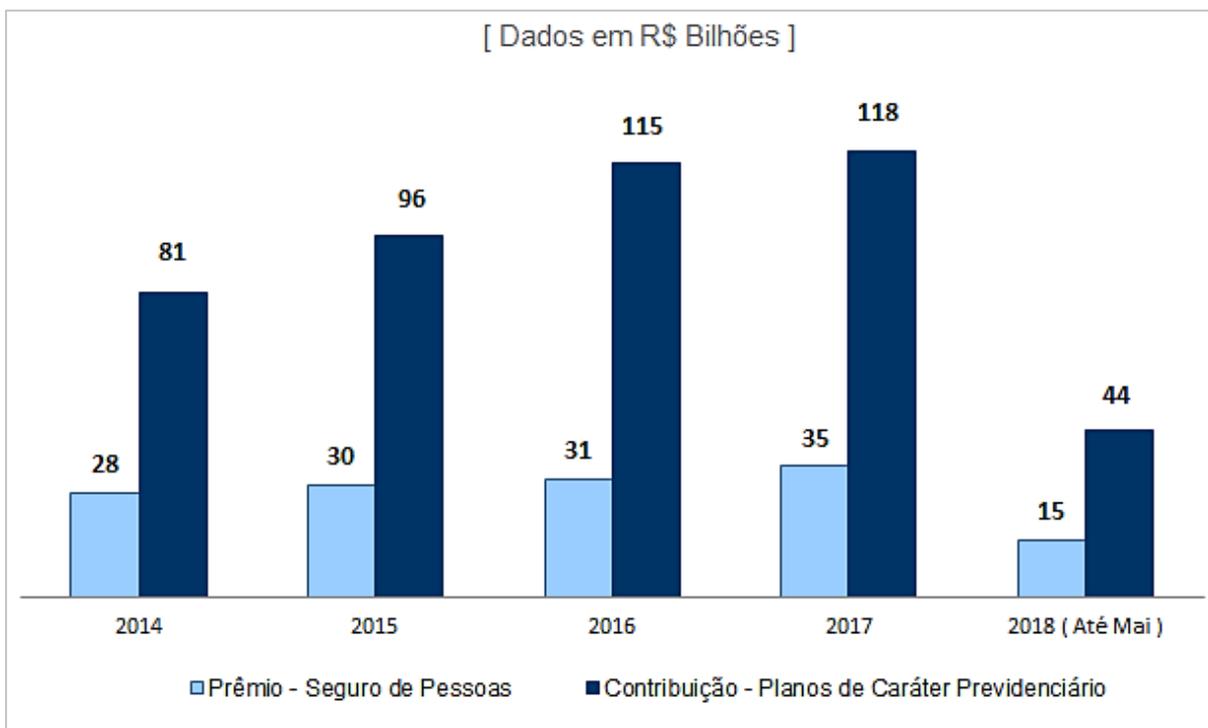
Dessa forma, de acordo com Coelho e Camargos (2012), as reformas da previdência, por acabarem impondo mais limites à obtenção de benefícios, com tetos cada vez mais baixos, fizeram com que a previdência complementar aparecesse como uma alternativa considerável ou até necessária. Como há perda no valor real dos benefícios concedidos pelo seguro social, o padrão de vida das famílias tende a não ser satisfeito apenas com a aposentadoria pública, fazendo-se necessária uma reflexão no que tange ao planejamento para uma possível poupança preventiva, sugestivamente, a previdência privada complementar.

## 2.2 COMPORTAMENTO DOS DETERMINANTES DO INVESTIMENTO EM PREVIDÊNCIA PRIVADA NO BRASIL: 2012-2015

Os gráficos e tabelas apresentados a seguir mostram o comportamento agregado dos dados que podem explicar o investimento em previdência privada e serão utilizados para a estimação da equação econométrica, exibida posteriormente, e de outras variáveis.

O gráfico 5 abaixo mostra o comportamento do mercado previdenciário privado em termos de arrecadação ao longo dos últimos anos.

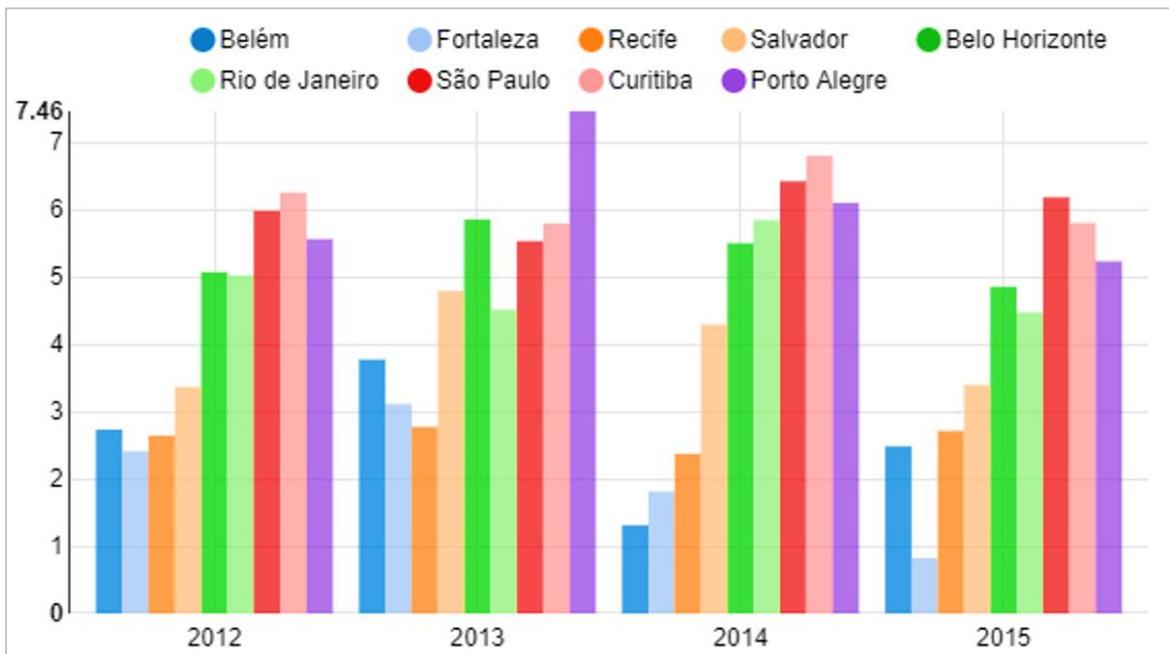
Gráfico 5 – Arrecadação da Previdência Privada – Segmento de Pessoas



Fonte: FENAPREVI (2018).

Uma das variáveis pesquisadas pela PNAD, apresentada entre os anos de 2012 e 2015, foi a parcela de pessoas de 15 anos ou mais de idade que eram contribuintes de entidade de previdência privada, em plano de complementação de aposentadoria, pensão ou pecúlio, conforme gráfico 6.

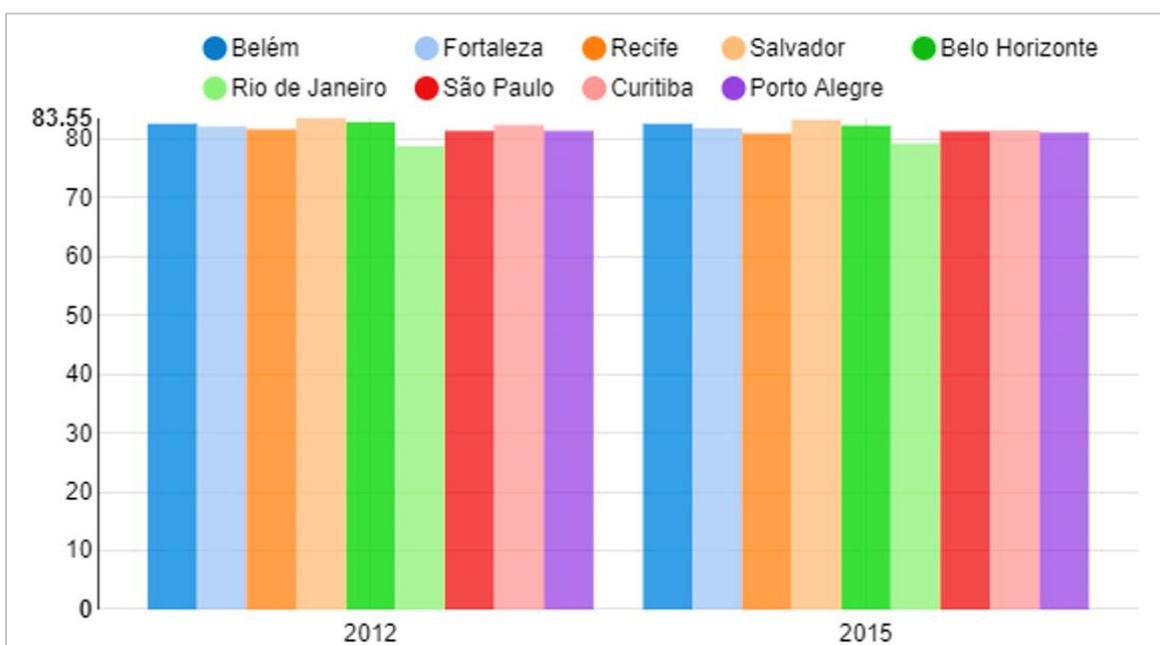
Gráfico 6 – População (15 anos ou mais de idade), em %, que contribuiu para a previdência privada de 2012 a 2015



Fonte: Elaboração Própria (2018) com base na PNAD/IBGE, 2012-2015.

O gráfico 7 mostra a população em idade ativa e a tabela 1 distingue entre homens e mulheres das regiões metropolitanas (RMs) que contribuíram para a previdência privada.

Gráfico 7 – População, em %, em idade ativa (10 anos ou mais de idade) dos anos 2012 e 2015



Fonte: Elaboração Própria (2018) com base na PNAD/IBGE, 2012-2015.

Tabela 1 – Homens e mulheres (15 anos ou mais de idade), em %, que contribuíram para a previdência privada de 2012 a 2015

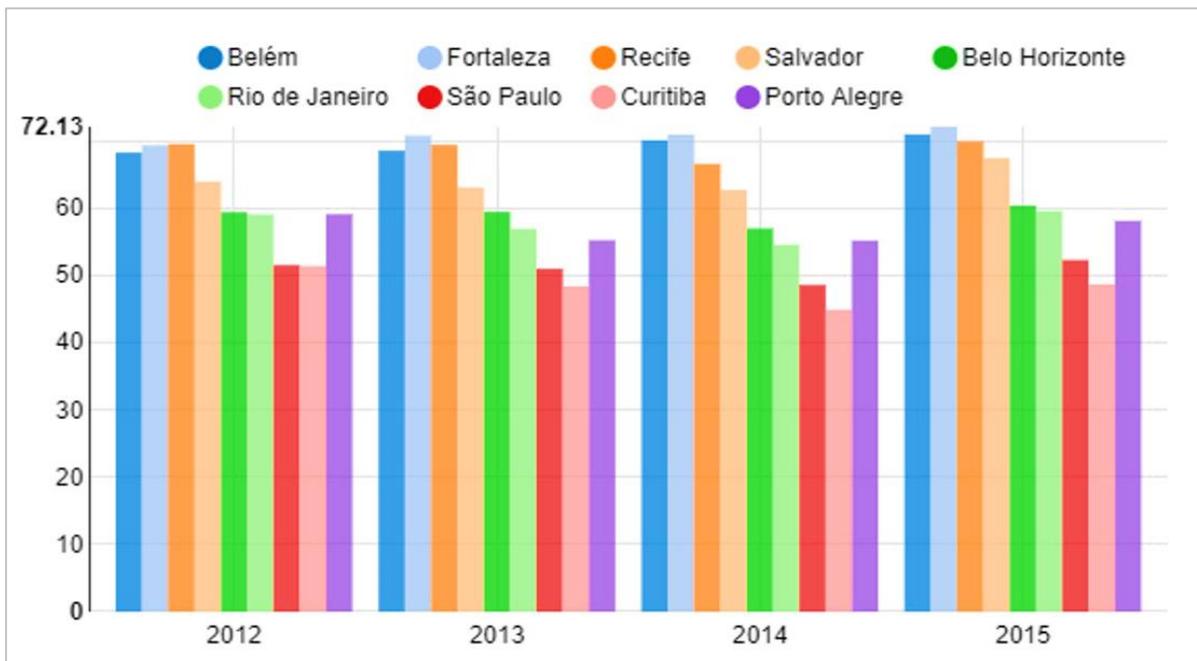
Região Metropolitana	2012		2013		2014		2015	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Belém (PA)	1,37	1,37	2,23	1,54	0,75	0,57	1,22	1,26
Fortaleza (CE)	1,29	1,12	1,84	1,28	1,14	0,67	0,47	0,35
Recife (PE)	1,5	1,14	1,52	1,25	1,49	0,87	1,37	1,34
Salvador (BA)	1,87	1,49	2,74	2,05	2,5	1,79	2,07	1,32
Belo Horizonte (MG)	2,99	2,08	3,74	2,11	3,34	2,15	3	1,85
Rio de Janeiro (RJ)	3,21	1,81	2,48	2,03	3,31	2,53	2,72	1,75
São Paulo (SP)	3,44	2,54	3,14	2,39	3,72	2,7	3,57	2,61
Curitiba (PR)	4,01	2,25	3,43	2,36	3,7	3,1	3,32	2,48
Porto Alegre (RS)	3,22	2,34	4,13	3,33	3,49	2,61	2,84	2,39

Fonte: Elaboração Própria (2018) com base na PNAD/IBGE, 2012-2015.

Assim, é possível observar que, ainda é muito baixa a participação da população na contribuição desses planos. Isso leva a refletir se essas contribuições têm relação com o salário, ou seja, se é a partir de certa faixa de renda que o indivíduo aceita alocar uma parte dela para a previdência privada.

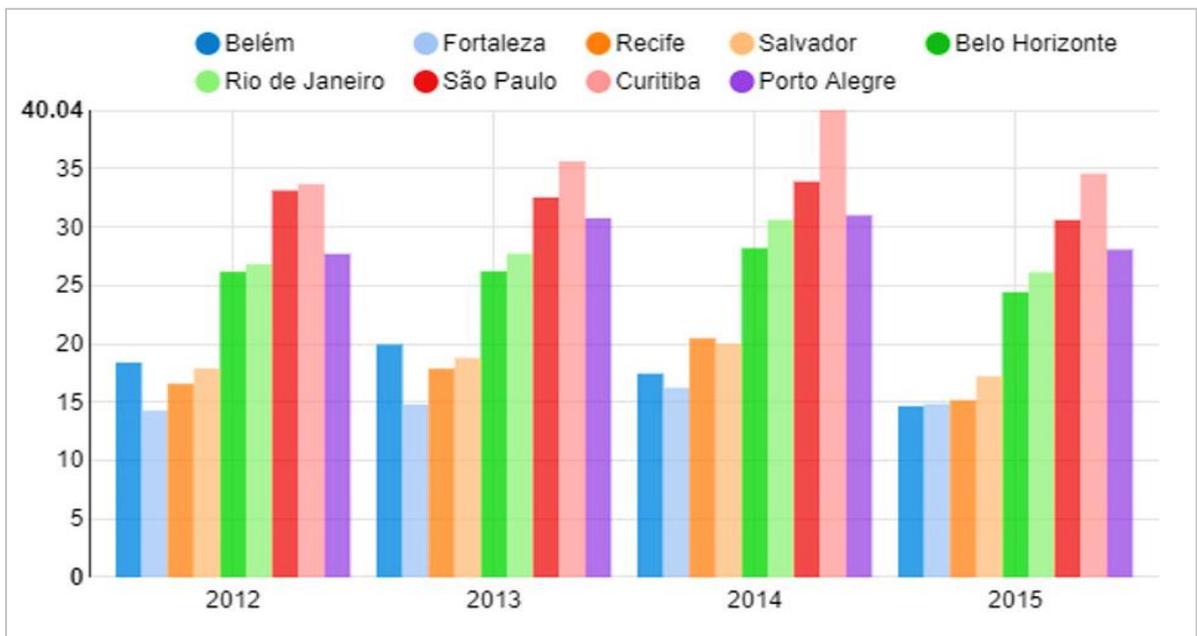
Analisando os gráficos de 8 a 10, nota-se que, no geral, a maior parte da população está entre os que recebem de 1/2 a 2 salários mínimos, o que torna mais difícil destinar uma parte desse rendimento a um plano de previdência complementar à previdência social. É possível que pessoas com rendimentos acima de 5 salários mínimos tenham essa tendência com maior facilidade.

Gráfico 8 – População (15 anos ou mais de idade), em %, com classe de rendimento mensal (trabalho principal) com mais de 1/2 a 2 salários mínimos



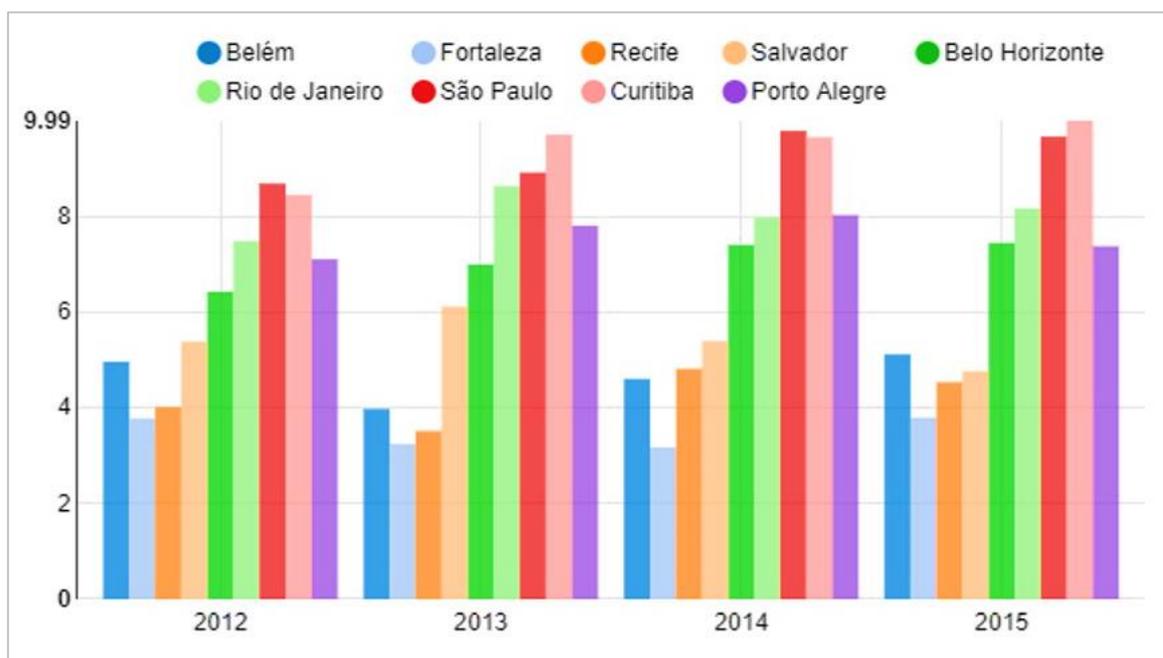
Fonte: Elaboração Própria (2018) com base na PNAD/IBGE, 2012-2015.

Gráfico 9 – População (15 anos ou mais de idade), em %, com classe de rendimento mensal (trabalho principal) com mais de 2 a 5 salários mínimos



Fonte: Elaboração Própria (2018) com base na PNAD/IBGE, 2012-2015.

Gráfico 10 – População (15 anos ou mais de idade), em %, com classe de rendimento mensal (trabalho principal) com mais de 5 a 10 salários mínimos



Fonte: Elaboração Própria (2018) com base na PNAD/IBGE, 2012-2015.

Nas tabelas 2 e 3, a seguir, são apresentadas as posições na ocupação no trabalho principal das pessoas por região metropolitana. Essa observação também pode interferir no resultado de pessoas que aplicam na previdência privada, pois pode demonstrar que, a aquisição do produto tem relação com *status* social ou estabilidade profissional, sendo este um fator que pode influenciar tanto negativamente quanto positivamente no resultado.

Tabela 2 – Posição na ocupação (10 anos ou mais de idade), em %, no trabalho principal no ano de 2012

Região Metropolitana	Empr. com carteira	Empr. militar func. estatutário	e Empregado públ. - outro	Trabalhador doméstico	Conta própria	Empregador
Belém (PA)	34,11	10,04	15,03	8,2	28,97	1,98
Fortaleza (CE)	40,9	5,84	18,09	7,64	21,88	2,67
Recife (PE)	46,27	6,77	12,93	8,59	21,71	2,44
Salvador (BA)	44,13	6,5	13,8	8,93	21,35	3,76
Belo Horizonte (MG)	49,85	6,01	12,16	7,64	17,57	4,78
Rio de Janeiro (RJ)	46,68	9,15	11,86	9,16	20,07	2,73
São Paulo (SP)	55,91	4,89	11,97	6,39	16,23	3,99
Curitiba (PR)	53,5	7,34	10,48	6,28	16,14	4,58
Porto Alegre (RS)	51,27	6,55	12,37	6,73	16,38	4,15

Fonte: Elaboração Própria (2018) com base na PNAD/IBGE, 2012.

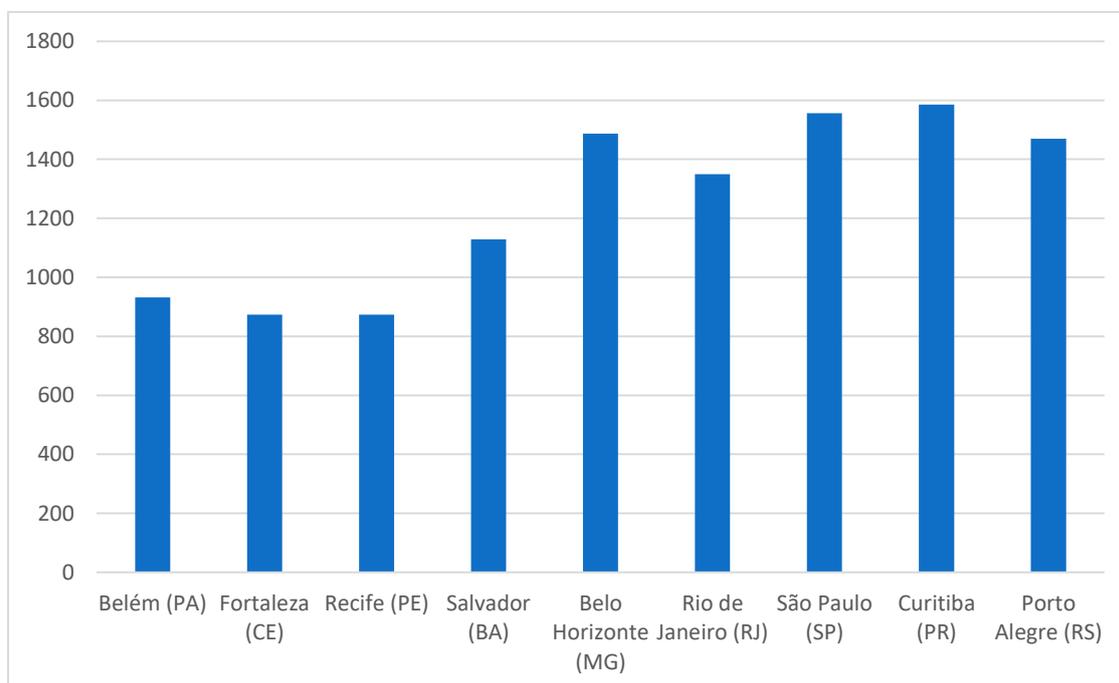
Tabela 3 – Posição na ocupação (10 anos ou mais de idade), em %, no trabalho principal no ano de 2015

Região Metropolitana	Empr. com carteira	Empr. militar e func. públ. estatutário	Empregado - outro	Trabalhador doméstico	Conta própria	Empregador
Belém (PA)	33,16	8,63	14,34	8,51	31,61	1,98
Fortaleza (CE)	41,92	6,28	17,79	6,63	22,86	2,73
Recife (PE)	44,89	7,98	12,6	7,17	22,57	2,87
Salvador (BA)	44,81	6,9	12,26	9,57	22,47	3,02
Belo Horizonte (MG)	46,84	7,23	11	7,68	20,78	4,54
Rio de Janeiro (RJ)	46,84	8,7	10,43	8,21	22,47	2,83
São Paulo (SP)	53,99	5,79	10,83	6,14	19,25	3,28
Curitiba (PR)	52	7,15	8,5	6,22	20,15	5,26
Porto Alegre (RS)	51,43	7,15	11,19	6,35	17,99	3,92

Fonte: Elaboração Própria (2018) com base na PNAD/IBGE, 2015.

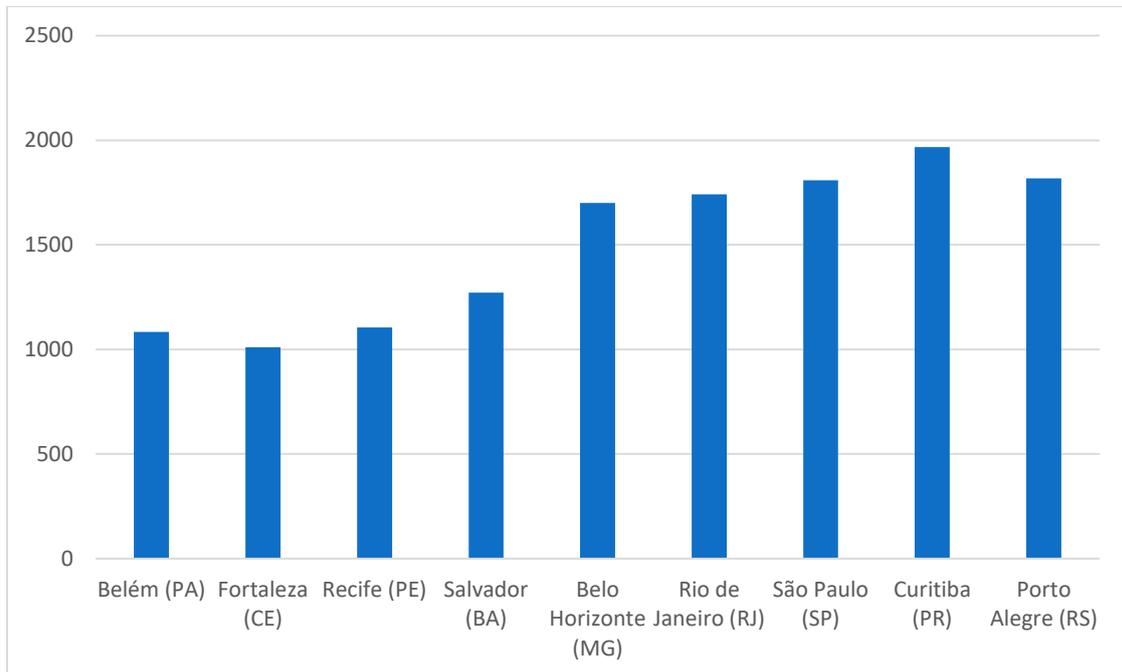
Comparando os gráficos 11 e 12, é possível perceber que houve um aumento, apesar de sensível, nos valores dos rendimentos médios mensais da população em geral.

Gráfico 11 – Rendimento médio mensal de todos os trabalhos para o ano de 2012



Fonte: Elaboração Própria (2018) com base na PNAD/IBGE, 2012.

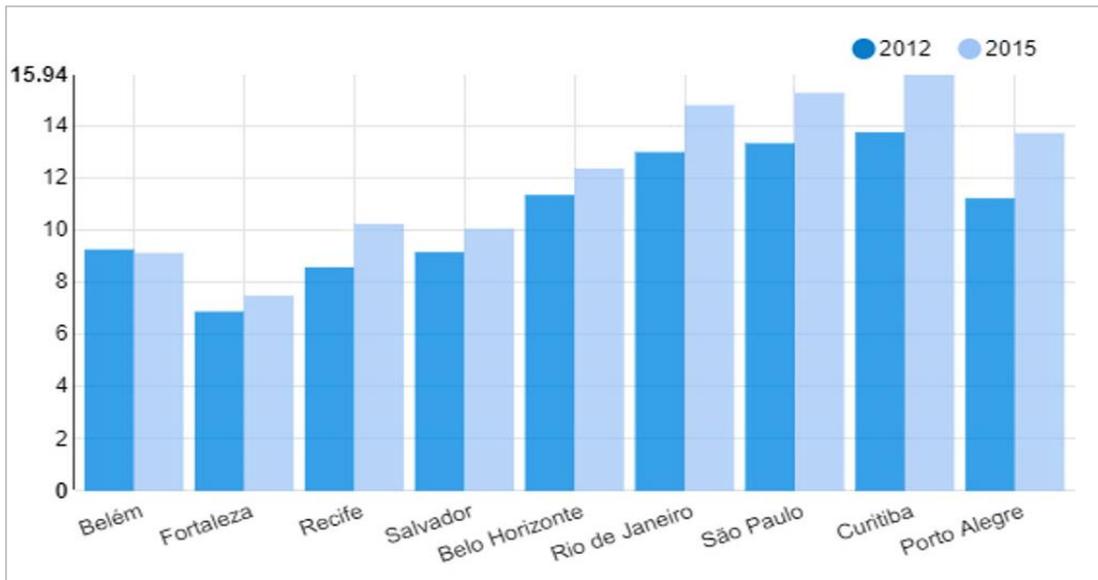
Gráfico 12 – Rendimento médio mensal de todos os trabalhos para o ano de 2015



Fonte: Elaboração Própria (2018) com base na PNAD/IBGE, 2015.

No gráfico 13, a seguir, é apresentado o número de pessoas, em porcentagem da população, que possui 15 ou mais anos de estudo (supondo-se que esta seja a condição para possuir nível superior de escolaridade completo ou incompleto), por se tratar de um fator que pode, também, interferir na escolha em contribuir em um plano de previdência privada. Essa possibilidade existe pelo fato de essas pessoas possuírem mais acesso às informações e conhecimento do produto e as vantagens que ele pode oferecer devido ao cenário do Brasil em relação à previdência social.

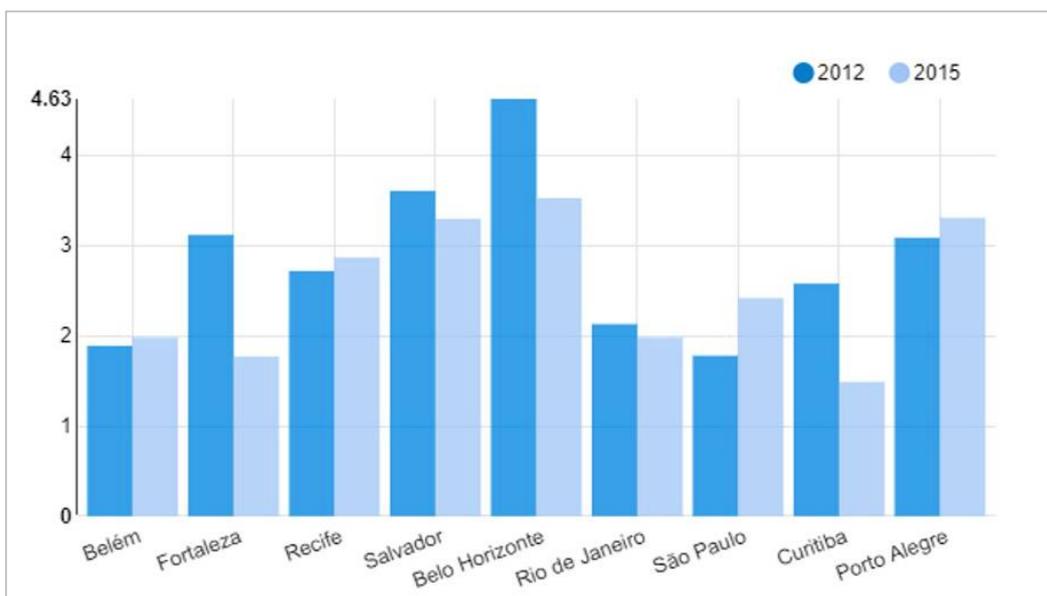
Gráfico 13 – População (10 anos ou mais de idade) com 15 ou mais anos de estudo, em %, por Região Metropolitana



Fonte: Elaboração Própria (2018) com base na PNAD/IBGE, 2012-2015.

No gráfico 14 é apresentada a situação de pessoas com 15 anos ou mais de idade que possuíam dois ou mais trabalhos nos anos de 2012 e 2015, mostrando a minúscula parcela da população que tem acesso a algum complemento na renda, podendo interferir no fato de investir em previdência privada.

Gráfico 14 – Número em % de pessoas ocupadas (15 anos ou mais de idade) com 2 ou mais trabalhos



Fonte: Elaboração Própria (2018) com base na PNAD/IBGE, 2012-2015.

### 3 REVISÃO DA LITERATURA

Neste capítulo será feita uma breve descrição sobre os estudos que tratam da previdência privada. Ela traz a revisão da literatura, fazendo uma análise do comportamento da Previdência Privada no Brasil nos últimos anos, bem como dos brasileiros em relação a ela, mostrando suas vantagens como alternativa de investimento para utilização futura.

Dadas as alterações já citadas na conjuntura do Brasil, é possível dizer que pode existir um cenário favorável à adesão em planos de previdência privada no país, pois os indivíduos podem buscar uma fonte de renda que venha a complementar o benefício oferecido pela previdência oficial. Segundo Costa e Soares (2017, p. 48), “A previdência privada tem se tornado uma alternativa cada vez mais utilizada pelos brasileiros em razão da limitação da previdência social em assegurar o padrão de consumo após a aposentadoria”, o que confirma que as aplicações em planos de Previdência Privada tem se destacado no Brasil nos últimos anos. Os indivíduos tem buscado uma alternativa à Previdência Social dada a capacidade que esses planos têm de garantir um padrão de vida no período pós-laboral. Assim:

A complementaridade da aposentadoria, fornecida por planos privados, surge como uma possibilidade alternativa à limitação do sistema oficial de previdência social. O sistema oficial estabelece como teto de contribuição o valor correspondente a 10 salários mínimos. O teto reduz a renda dos trabalhadores que percebem durante sua vida laborativa valores superiores ao limite, no momento de sua aposentadoria ou na perda de sua capacidade de trabalho. Isso obriga essas pessoas a buscarem a complementaridade (MALLMANN, 2004, p. 31).

Segundo Araújo (2011), o que há por trás da vontade e do ato de formar uma poupança individual é a obtenção de melhores condições futuras em detrimento do consumo presente. É através de pensamento semelhante que as pessoas fazem adesão a algum plano de previdência privada, pagando hoje com o objetivo de desfrutar de uma vida pós laborativa com, pelo menos, o mesmo padrão atual.

Visto que o sistema público previdenciário no Brasil tem se mostrado insuficiente no sentido de oferecer garantias para que as pessoas mantenham seu poder de compra atual, a previdência privada vem se apresentando como uma relevante ferramenta que pode ser usada pelas pessoas em idade ativa que buscam compor fundos financeiros que proporcionem uma aposentadoria com qualidade do ponto de vista da renda (COELHO; CAMARGOS, 2012).

Na década de 90, considerando o agravamento da situação da previdência social, a previdência privada aberta se consolidou no mercado no Brasil, pois um número cada vez maior de pessoas procuravam uma renda complementar através de poupança em fundos. Esse mercado tem a vantagem de oferecer planos mais diversificados, de acordo com o perfil de cada cliente, sendo possível, portanto, atender a uma clientela mais ampla (OLIVEIRA *et al.*, 2016).

Ellery Júnior e Bugarin (2003, p. 29) afirmam que “com a presença de restrição ao crédito, os indivíduos são forçados a poupar por meio da acumulação de ativos privados”. Dessa forma, isso pode ser reforçado por conta da incapacidade do sistema atual de previdência social de permitir o consumo futuro, já que não repõe os salários dos trabalhadores que ganham acima de dez salários mínimos em sua integralidade. Com a situação de restrição creditícia, há um aumento na procura por produtos que possibilitam a guarda e rentabilidade para utilização posterior, ou seja, é um indício de conscientização financeira por parte de um pequeno estrato da população.

De qualquer forma, qualquer que venha a ser o destino do sistema previdenciário brasileiro, os regimes complementares já possuem significativo papel na economia. Então, através de uma conscientização e fomento da cultura de poupança previdenciária no Brasil, assume-se a importância que o sistema de previdência complementar tem na geração de bem estar, quando do encerramento das atividades laborais.

Estudo da FENAPREVI (2018) mostrou um aumento na arrecadação do setor de previdência privada. Com base nesse estudo, é possível confirmar uma alteração na demanda por planos desse tipo, nos últimos oito anos:

[...] visto que a idade também é um atributo que eleva a probabilidade de investimento, o número de brasileiros que adquire fundos de pensão certamente irá se elevar nas próximas décadas, uma vez que a expectativa de vida da população tem aumentando consideravelmente. Assim, os gestores, públicos e privados, devem considerar a trajetória de crescimento dessas variáveis para planejar melhor o segmento (COSTA; SOARES, 2017, p. 48).

Em sua pesquisa, realizada através de análise de micro dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios - PNAD, Constanzi *et al.* (2017) demonstra que a maioria das pessoas que fizeram adesão a um plano de previdência privada tem o nível de renda mais elevado, acima do teto do INSS.

No trabalho de Adami e Gough (2008), onde eles utilizam amostras de pessoas da Itália e do Reino Unido, foi possível verificar, na amostra para os ingleses, que a renda e a escolaridade foram os preditores com maior poder explicativo em relação para a proporção de renda esperada pós-aposentadoria derivada de pensão do Estado, poupança e adesão a fundos de previdência da empresa ou privados (ADAMI; GOUGH, 2008).

Em relação a isso, Costa e Soares (2017) realizaram um estudo para o Brasil, onde é analisada a probabilidade de escolher investir em previdência privada. Levando em consideração que esse fato possui especificidades, então existe fundamentação na forma que a utilidade se apresenta para cada um. Assim, através de micro dados da PNAD, do ano de 2011, foram analisados os impactos de algumas variáveis explicativas sobre a decisão de escolher ter ou não um plano de previdência complementar.

A pesquisa de Costa e Soares (2017) utilizou, como as variáveis explicativas, a renda, os anos de estudo, o gênero, a grande região e a raça, para demonstrar a relação com a probabilidade de possuir um plano de aposentadoria complementar (modelo de regressão *logit* em função das variáveis explicativas citadas). Em uma amostra de 151.331 indivíduos, 5.451 afirmaram investir em previdência privada (3,6% da amostra). Estes, por sua vez, possuíam uma renda média de R\$ 1.452,46 e a média da escolaridade estava em torno de 12 anos de estudo. Em termos de idade, gênero e raça, as estatísticas apresentadas para a amostra foram que a média etária entre aqueles que investiam estava entre 39 e 40 anos, 36% eram do Sudeste, 61,88% deles declararam ser brancos (sendo a outra parte classificada como não brancos) e 60,48% eram homens.

Portanto, não contrariando as expectativas, a renda e a escolaridade mostraram serem fatores que impulsionam a demanda por previdência complementar e impactam de forma positiva a probabilidade de investir no futuro. Em média, um incremento de mil reais na renda aumentou em cerca de 0,0028 pontos percentuais (p.p) a probabilidade de o indivíduo investir em previdência privada, enquanto a educação em anos de estudo aumentou a probabilidade em 0,0043 p.p. Apesar disso, ainda pode ser considerada uma baixa demanda. “[...] o público decide comprar planos de pensão privados quando os retornos líquidos dessa modalidade são mais elevados que os retornos da previdência social, os quais são limitados por decreto”, consideram Costa e Soares (2017, p. 41-42). Em se tratando de conhecimento,

a educação financeira também tem sua importância baseada, segundo a PREVIC, em criação e complexidade de novos produtos financeiros, informação assimétrica e baixo nível de transparência, baixo nível de educação financeira da população, fácil acesso ao crédito, apelo dos meios de comunicação para o consumo, aumento do nível de consumo e diminuição da taxa de poupança do país e aumento da expectativa de vida das pessoas [...] (CASTELÃO, 2012, p. 29).

De acordo com a OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico) *apud* Monteiro (2008, p. 3), educação financeira é o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação claras possam desenvolver os valores e as competências necessários para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos neles envolvidos e, então, poderem fazer escolhas bem informadas, saber onde procurar ajuda e adotar outras ações que melhorem o seu bem-estar.

Desenvolver um planejamento financeiro pessoal tornou-se de grande importância em um cenário um tanto instável que a economia do país se encontra, nos anos recentes. Procurar conhecer o mercado em que se está inserido, tentando manter um capital reservado é uma boa saída para imprevistos futuros. Portanto, ler sobre o assunto, sendo em cadernos financeiros ou mesmo na internet, buscando informações sobre finanças pessoais tornou-se elementar para o equilíbrio financeiro no que tange à sua utilização futura (DEVITTE; SALVAGNI, 2015).

Reforçando sobre a importância da utilização de atividades de educação previdenciária e financeira, que podem ser fomentadas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, Castelão (2012) diz que a previdência privada ainda é um assunto mal compreendido pela maioria da população, apesar de ela ter uma grande relevância no bem-estar do indivíduo e estabilidade da economia. Essa má compreensão está atrelada à falta de disponibilidade, frequente e de forma acessível, de informações ao público.

A falta de informação e de interesse por ela, passou a ser um problema a ser enfrentado pela população no que tange ao seu próprio resguardo após sua vida laboral. Assim, a educação pode fornecer aos indivíduos o conhecimento financeiro necessário para gerir orçamentos domésticos, iniciar planos de poupança, gerenciar dívidas e tomar decisões estratégicas de investimento para sua aposentadoria (ADAMI; GOUGH, 2008). Dessa forma, o assunto sobre

a educação financeira pode ser um tema para as políticas públicas que possam fomentar essas atitudes, contribuindo para que o cidadão conheça e cuide do seu dinheiro, fazendo bom uso dele e o tendo disponível sempre que precisar. Nesse aspecto:

A população brasileira pode ser avaliada como consumista, com pouca preocupação em relação à poupança financeira e pouco interesse pela fase pós-aposentadoria, considerando-se o pouco conhecimento sobre o produto previdência. Para mudar essa situação de forma significativa, cabe entender as principais causas que afetam o comportamento do consumidor, adequando as orientações e despertando a atitude proativa dos indivíduos no que diz respeito à previdência para melhorar a renda da aposentadoria e a proteção securitária da família. [...] A falta de informação e conhecimento, a expectativa de vida e as questões financeiras têm influenciado na resistência ao produto previdência privada. Além dos itens apontados, os empregados ativos estão se aposentando mais tarde, buscando qualidade de vida e fugindo da descapitalização financeira após a vida laborativa (CASTELÃO, 2012, p. 31; p. 35).

Em sua pesquisa, Mallmann (2004) verificou que, quando as pessoas detêm conhecimento maior, para uma compreensão adequada da conjuntura que abrange o sistema previdenciário brasileiro, quando buscam alternativas de benefício, existe uma propensão maior a aderir a algum pano de previdência complementar.

Apesar do estímulo ao consumo que existe por parte do mercado, não existe, em igual proporção um estímulo ao cuidado financeiro, ou seja, o zelo com as finanças pessoais que deve existir para que, além de usufruir da renda no presente, o indivíduo possa estar tranquilo e usufruir no mesmo padrão, em situações futuras. Para Francischetti *et al.* (2014, p. 36), a educação financeira é aliada no aumento da qualidade de vida, “oferecendo informações e procurando conscientizar as pessoas sobre os benefícios da organização das finanças”, bem como,

a educação financeira pode ser entendida como um processo que estimula a busca pelo conhecimento em como aplicar e investir o dinheiro em nosso dia a dia, para poder transformar esse dinheiro em riqueza e segurança financeira para o futuro, possibilitando as pessoas a lidarem com a sua renda, com a gestão do dinheiro, a gestão de gastos e de empréstimos, aplicações na poupança e investimentos de curto e longo prazos (FRANCISCHETTI *et al.*, 2014, p. 36).

Assim, “planejamento financeiro não significa simplesmente “não ficar no vermelho”, mas tem sim por objetivo conquistar um padrão de vida e conseguir mantê-lo” (CERBASI, 2004 *apud* FRANCISCHETTI, 2014, p. 37).

Em se tratando de fomento à educação financeira, “em 2008, através da recomendação nº 1 do Conselho de Gestão de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social – CGPC, ficou evidenciado que o objetivo era disseminar e estimular as boas práticas, contribuindo para o acesso às informações (...)” (CASTELÃO, 2012, p. 13), onde foi indicado um Programa de Educação Previdenciária basicamente baseado em três pilares:

- I - informação: diz respeito ao fornecimento de fatos, dados e conhecimentos específicos;
- II - instrução: corresponde ao desenvolvimento das habilidades necessárias para a compreensão de termos e conceitos, mediante treinamentos; e
- III - orientação: trata do provimento de orientações gerais e específicas para melhor uso das informações e instruções recebidas (CASTELÃO, 2012, p. 14).

Considerando que a previdência complementar hoje possibilita a contratação de planos a, praticamente, qualquer valor, seria importante levantar-se o nível de renda para traçar programas e planos especiais mais adequados a cada situação, reforçando a importância de conhecer o perfil do investidor para que sejam criados planos adequados, sabendo-se que o interesse da população pelo produto só é crescente.

Também se pode considerar que, a partir do momento que o indivíduo busca seu aperfeiçoamento profissional, ingressando em faculdades e procurando aumentar seu nível de educação, ele espera trazer um benefício para ele, na maioria dos casos, através de empregos melhores e, por consequência, uma renda maior. Se ele almeja essa renda maior, é porque deseja obter um padrão de vida melhor e, provavelmente, não quer perdê-lo quando da sua aposentadoria. Sendo assim, é possível fazer alguma ligação entre o fato de alguém possuir nível superior de educação e de se interessar ou já possuir um plano de previdência privada. Portanto, esse trabalho deve buscar entender a relação da educação superior e da renda com o interesse em obter planos de previdência privada.

#### 4 METODOLOGIA

Neste capítulo será apresentada a metodologia utilizada para a verificação da influência das variáveis nível superior de escolaridade e renda, de interesse neste trabalho, e de outras variáveis, como raça, idade, gênero e região, sobre a contribuição ou não em um plano de previdência privada.

Adotando as variáveis apresentadas no Quadro 1, o modelo econométrico para este estudo é dado na forma da equação (1) a seguir, como uma razão de probabilidades:

$$\ln \left[ \frac{p(ppriv=1)}{p(ppriv=0)} \right] = \beta_0 + \beta_1 nsup + \beta_2 renda + \beta_3 raça + \beta_4 id + \beta_5 gên + \beta_6 reg + \beta_7 ntrab + \beta_8 formal + \beta_9 pub + \mu \quad (1)$$

A base de dados utilizada para o trabalho é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD. Ela investiga as características gerais da população. Tem como finalidade a produção de informações básicas para estudos que são importantes instrumentos para a formulação, validação e avaliação de políticas orientadas para o desenvolvimento socioeconômico do país (IBGE, 2018). Este trabalho utiliza os dados dos indivíduos da PNAD (microdados) para os anos de 2012 e 2015. Foram utilizados os pesos amostrais dos indivíduos na PNAD e outras variáveis de geração da amostra para declarar a base como uma amostra complexa. Serão analisados apenas os indivíduos com idade entre 18 e 65 anos, para verificar a decisão de investir na previdência privada enquanto ainda podem estar trabalhando.

O modelo econométrico será estimado para os anos de 2012 e 2015, individualmente, para observar se o comportamento mudou entre os períodos. Além disso, o modelo será estimado para a amostra total do Brasil e para os indivíduos das regiões metropolitanas (RM)<sup>2</sup>, para observar se o comportamento das variáveis é diferente nas RMs. A categoria de referência (excluída na estimação) para as *dummies* de região será a região Sudeste.

---

<sup>2</sup> A PNAD inclui as regiões metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre.

Quadro 1 – Descrição das variáveis, PNAD 2012 e 2015

Variável	Sigla	Variável PNAD	Unidade de Medida
Previdência Privada	ppriv	V9120 (Era contribuinte de alguma entidade de previdência privada, no mês de referência)	1 se possui ppriv 0 caso contrário
Renda	renda	V4719 (Rendimento mensal de todos os trabalhos para pessoas de 10 anos ou mais de idade)	Valor em R\$ dividido por 1000
Nível Superior (completo ou incompleto)	nsup	V4803 (Anos de estudo)	1 se possui 15 anos ou mais de estudo 0 caso contrário
Raça	raça	V0404 (Cor ou raça)	1 se negro ou pardo 0 caso contrário
Idade	id	V8005 (Idade do morador na data da referência)	Idade em anos (18 a 65)
Gênero	gên	V0302	1 se feminino 0 caso contrário
Região	reg	UF	no=1 se Norte; 0 caso contrário ne=1 se Nordeste; 0 caso contrário co=1 se Centro-Oeste; 0 caso contrário se=1 se Sudeste; 0 caso contrário su=1 se Sul; 0 caso contrário
Número de trabalhos	ntrab	V9005	1 se possui dois ou mais trabalhos; 0 caso contrário
Carteira Assinada	formal	V4706	1 se possui carteira de trabalho assinada (Empregado ou doméstico com carteira, militar e estatutário) 0 caso contrário
Setor Público	pub	V4816	1 se é trabalhador da Administração Pública 0 caso contrário

Fonte: Elaboração própria (2018) com base no dicionário de variáveis de pessoas - PNAD (2012; 2015).

Os dados utilizados nesta pesquisa, extraídos da PNAD, foram obtidos através de duas amostras iniciais. De 2012, a amostra foi composta por 362.451 indivíduos, sendo que 52.939 foram excluídos por não terem apresentado qualquer informação referente à previdência privada. Excluiu-se também 135.973 indivíduos por não terem informação sobre a renda (dado ausente), 12.049 por terem declarado renda igual a zero, 4.682 por não terem declarado a renda e 4 por terem declarado renda acima de R\$150.000 por gerarem dificuldades na estimação da regressão (valores extremos). Além disso, foram excluídos 513 indivíduos por não terem declarado qualquer grau de escolaridade. Ainda foram excluídos 7.485 indivíduos com idades abaixo de 18 anos e acima de 65 anos por não serem de interesse desta pesquisa. Portanto a amostra final de 2012 foi composta por 148.806 indivíduos que responderam às questões referentes às variáveis de interesse desta pesquisa. A amostra final para as regiões metropolitanas, em 2012, possui 58.891 observações.

Em 2015, a amostra foi composta por 356.904 indivíduos sendo que 48.305 foram excluídos por não terem apresentado qualquer informação referente à previdência privada. Excluiu-se também 143.406 indivíduos por não terem informação sobre a renda, 10.312 por terem declarado renda igual a zero, 2.194 por não terem declarado renda e 3 por terem declarado renda acima de R\$150.000 por gerarem dificuldades no processo de estimação da regressão. Além disso, foram excluídos 442 indivíduos por não terem declarado qualquer grau de escolaridade. Ainda foram excluídos 6.576 indivíduos com idades abaixo de 18 anos e acima de 65 anos por não serem de interesse desta pesquisa. Portanto a amostra final de 2015 foi composta por 145.666 indivíduos que responderam às questões referentes às variáveis de interesse desta pesquisa. A amostra final para as regiões metropolitanas, em 2015, possui 57.727 observações.

O estudo parte da estimação de parâmetros que podem indicar influências das variáveis na aquisição ou não de um plano de previdência privada. O objetivo é entender quais dessas variáveis demonstram maior grau de relação com a variável dependente. Será utilizada a equação de regressão múltipla, através do modelo *logit*. Neste modelo são usadas variáveis independentes para predizer a ocorrência de uma variável dependente. É uma função que varia entre 0 e 1. O modelo *logit* trata-se de um modelo de resposta binária onde a probabilidade de resposta depende de um conjunto completo de variáveis explicativas (WOOLDRIDGE, 2010).

O modelo *logit* é baseado em uma função de distribuição acumulada logística sobre uma variável aleatória, que pode ser representada através da equação (2) a seguir:

$$P_i = \frac{1}{1 + e^{-Z_i}} = \frac{e^Z}{1 + e^Z} \quad (2)$$

onde  $Z_i = \beta_1 + \beta_2 X_i$  e  $P$  é a probabilidade de um evento ocorrer. A equação (2) será utilizada neste estudo para analisar a contribuição em previdência privada (evento analisado), onde  $P_i$  varia entre 0 e 1, para indicar a probabilidade de fracasso (não ocorrência de um evento) ou de sucesso (ocorrência de um evento) e está relacionado não linearmente a  $Z_i$ , ou seja, a  $X_i$  (GUJARATI; PORTER, 2011).

Se  $P_i$ , a probabilidade de contribuir para algum plano de previdência privada, é dada pela equação (2) e tendo-se  $(1 - P_i)$  como a probabilidade de não contribuir, é possível escrever:

$$\frac{P_i}{1 - P_i} = \frac{1 + e^{Z_i}}{1 + e^{-Z_i}} = e^{Z_i} \quad (3)$$

onde  $P_i/(1 - P_i)$  é a razão de chances em favor de o indivíduo contribuir para a previdência privada, ou seja, a razão da probabilidade de que um indivíduo possua previdência privada contra a probabilidade de que ele não possua (GUJARATI; PORTER, 2011). Tomando o logaritmo natural da equação (3), é obtida a equação (4) a seguir:

$$L_i = \ln\left(\frac{P_i}{1 - P_i}\right) = Z_i = \beta_1 + \beta_2 X_i \quad (4)$$

Para fins de estimação, o modelo *logit* pode ser definido, com base na equação (4), a partir da seguinte equação:

$$L_i = \ln\left(\frac{P_i}{1 - P_i}\right) = \beta_1 + \beta_2 X_2 + u_i \quad (5)$$

onde  $\beta_2$  é o coeficiente angular que mede a variação em  $L$  para uma unidade de variação em  $X$ , ou seja, indica quanto o logaritmo das chances favoráveis à contribuição em previdência privada varia com  $X$ .

Como o modelo *logit* é não-linear, é necessário recorrer ao método da máxima verossimilhança (MV)<sup>3</sup> para estimar os parâmetros. Com base no método, será possível estimar a probabilidade de investir em previdência privada ( $y=1$ ) condicional às variáveis explicativas ( $\mathbf{x}$ ):

$$P(y = 1|\mathbf{x}) = G(\beta_0 + \beta\mathbf{x}) \quad (6)$$

O efeito marginal (parcial) de cada variável explicativa contínua ( $x_j$ ) pode ser calculado com base na seguinte expressão:

$$\frac{\partial P(\mathbf{x})}{\partial x_j} = g(\beta_0 + \beta\mathbf{x})\beta_j, \text{ onde } g(z) \equiv \frac{\partial G(z)}{\partial z} \quad (7)$$

ou seja, em um modelo *logit* o efeito parcial de uma variável ( $x_j$ ) depende dos valores assumidos por todas as variáveis explicativas ( $\mathbf{x}$ ), com base na função de densidade de probabilidade ( $g$ ), e do parâmetro estimado para essa variável ( $\beta_j$ ). O sinal do efeito marginal será igual ao sinal de  $\beta_j$ , pois a função densidade é sempre positiva (WOOLDRIDGE, 2010). Dessa forma, sendo  $x_k$  uma variável discreta a alteração na probabilidade, ou efeito marginal, pode ser estimada por:

$$G[\beta_0 + \beta_1x_1 + \dots + \beta_{k-1}x_{k-1} + \beta_k(c_k + 1)] - G(\beta_0 + \beta_1x_1 + \dots + \beta_{k-1}x_{k-1} + \beta_kc_k) \quad (8)$$

sendo definido  $c_k = 0$  quando  $x_k$  é uma variável binária. Os efeitos marginais de variáveis contínuas ou discretas, no modelo *logit*, podem ser calculados usando os valores médios das variáveis explicativas ( $\bar{x}$ ) ou os valores observados ( $x_i$ ) para os indivíduos na amostra (WOOLDRIDGE, 2010).

Para interpretar os resultados do *logit* estimado, utilizando a razão de chances, é usada a equação (9) a seguir:

$$\frac{\hat{P}_i}{1 - \hat{P}_i} = (e^{\hat{\beta}} - 1)\mathbf{x}100 \quad (9)$$

---

<sup>3</sup> Método que “consiste em estimar os parâmetros desconhecidos de maneira que a probabilidade de observar os dados  $Y$  seja a maior (ou a máxima) possível” (GUJARATI; PORTER, 2011, p. 124).

ou seja, uma unidade de aumento em uma variável explicativa ( $x$ ), gera um aumento (ou redução) percentual nas chances de contribuir para a previdência privada que é definido pela equação (9) na página anterior.

## 5 RESULTADOS

Neste capítulo serão apresentadas as estatísticas descritivas e os principais resultados obtidos pela estimação através da regressão adotada a partir dos dados da PNAD de 2012 e 2015. Estimou-se, então, a relação entre as variáveis de interesse (renda e educação superior) e a contribuição com a previdência privada, variável dependente. Com exceção da renda e da idade, todas as outras variáveis explicativas foram definidas como *dummy*. A renda mostra resultados nominais, ou seja, valores em reais (em mil).

As tabelas 4 e 5, a seguir, mostram as estatísticas descritivas para as variáveis dependentes e independentes, no Brasil e nas Regiões Metropolitanas, para os anos de 2012 e 2015, respectivamente.

Tabela 4 – Estatísticas descritivas da amostra: 2012 (Brasil e nas Regiões Metropolitanas)

Variável	Brasil				Regiões Metropolitanas			
	Média	Desvio Padrão	Mín.	Máx.	Média	Desvio Padrão	Min	Max
ppriv	0,0343	0,1820	0	1	0,0519	0,2219	0	1
renda	1,5169	2,4433	0,001	150	1,8697	2,9540	0,001	120
nsup	0,1309	0,3373	0	1	0,1714	0,3768	0	1
id	37,6916	11,9222	18	65	37,96	11,8524	18	65
raca	0,5127	0,4998	0	1	0,4974	0,4999	0	1
gen	0,4180	0,4932	0	1	0,4497	0,4974	0	1
ntrab	0,0360	0,1864	0	1	0,0257	0,1584	0	1
formal	0,5430	0,4981	0	1	0,6225	0,4848	0	1
pub	0,0605	0,2384	0	1	0,0530	0,2240	0	1
no	0,0752	0,2638	0	1	0,0310	0,1735	0	1
ne	0,2369	0,4252	0	1	0,1780	0,3825	0	1
se	0,4475	0,4972	0	1	0,6126	0,4871	0	1
s	0,1582	0,3649	0	1	0,1314	0,3378	0	1
co	0,0820	0,2744	0	1	0,0468	0,2112	0	1

Fonte: elaboração própria (2018).

A tabela 4, acima, apresenta os dados da amostra para o ano de 2012. Neste ano, em se tratando de Brasil, 3,4% dos indivíduos contribuíram com a Previdência Privada. A média da renda desses indivíduos é de R\$ 1.516, sendo que uma média de 13% possuem 15 ou mais anos de estudo. A idade média apresentada é de 38 anos. Quanto à raça, 51,27% se declaram de cor preta ou parda, enquanto que para o gênero, 41,8% são mulheres. Em relação ao trabalho, 3,6% da amostra possui dois ou mais empregos, 54% tem trabalho formal e 6% estão em emprego público. No que se refere às grandes regiões, 7,5% da amostra está localizada na região Norte, 24% na região Nordeste, 45%, na região Sudeste, 16% na região

Sul e 8,2% na região Centro Oeste. Em relação às regiões metropolitanas, 5,19% da amostra localizada nestas regiões apresentaram contribuição com a previdência privada, apresentando uma média acima do Brasil, em geral. Isso demonstra que as pessoas que estão localizadas nas regiões metropolitanas podem possuir maior probabilidade de contribuir com a previdência complementar. A renda média dos indivíduos nessas regiões é de R\$ 1.869, com média de 17% dos indivíduos possuindo 15 ou mais anos de estudo, validando a informação anterior, ou seja, pessoas localizadas nessas regiões têm melhor renda e acesso à educação.

Tabela 5 – Estatísticas descritivas da amostra: 2015 (Brasil e nas Regiões Metropolitanas)

Variável	Brasil				Regiões Metropolitanas			
	Média	Desvio Padrão	Mín.	Máx.	Média	Desvio Padrão	Min	Max
ppriv	0,0354	0,1850	0	1	0,0490	0,2160	0	1
renda	1,8860	2,6763	0,005	120	2,304	3,4077	0,015	120
nsup	0,1555	0,3624	0	1	0,2003	0,4002	0	1
id	38,7246	11,9637	18	65	39,0177	11,9621	18	65
raca	0,5281	0,4992	0	1	0,5165	0,4997	0	1
gen	0,4209	0,4937	0	1	0,4529	0,4977	0	1
ntrab	0,0333	0,1795	0	1	0,0249	0,1559	0	1
formal	0,5347	0,4987	0	1	0,6117	0,4873	0	1
pub	0,0577	0,2332	0	1	0,0544	0,2268	0	1
no	0,0762	0,2653	0	1	0,0335	0,1801	0	1
ne	0,2394	0,4267	0	1	0,1769	0,3815	0	1
se	0,4436	0,4968	0	1	0,6128	0,4871	0	1
s	0,1575	0,3642	0	1	0,1279	0,3340	0	1
co	0,0831	0,2761	0	1	0,0487	0,2153	0	1

Fonte: elaboração própria (2018).

Já a tabela 5, acima, apresenta os dados da amostra para o ano de 2015. Para este ano, em se tratando de Brasil, 3,5% dos indivíduos contribuíram com a Previdência Privada. A média da renda desses indivíduos é de R\$ 1.886, sendo que uma média de 15,5% possuem 15 ou mais anos de estudo. A idade média apresentada é de 38,7 anos. Quanto à raça, 52,81% se declaram de cor preta ou parda, enquanto que para o gênero, 42% são mulheres. Em relação ao trabalho, 3,3% da amostra possui dois ou mais empregos, 53% possui trabalho formal e 5,7% estão em emprego público. No que se refere às grandes regiões, 7,6% da amostra está localizada na região Norte, 24% na região Nordeste, 44,3%, na região Sudeste, 15,7% na região Sul e 8,3% na região Centro Oeste. Em relação às regiões metropolitanas, 4,9% da amostra localizada nestas regiões apresentaram contribuição com a previdência privada, também apresentando uma média acima do Brasil neste ano. A renda média dos indivíduos nessas regiões é de R\$ 2.304 e uma média de 20% dos indivíduos possuem 15 ou mais anos de estudo.

As tabelas 6 e 7, a seguir, apresentam os resultados em razão de chances para os anos de 2012 e 2015, respectivamente, ou seja, os resultados finais, em percentual, para a chance do evento “contribuir com previdência privada” ocorrer de acordo com cada variável explicativa em cada ano.

Tabela 6 – Estimações econométricas da demanda por previdência privada: 2012

Variável	Brasil			Regiões Metropolitanas		
	Logit	Logit Razão de Chance	Razão de chance percentual	Logit	Logit Razão de Chance	Razão de chance percentual
renda	0,1357*** (0,0113)	1,1453*** (0,0129)	14,53	0,1270*** (0,0146)	1,1355*** (0,0166)	13,55
nsup	1,2041*** (0,0563)	3,3336*** (0,1877)	233,36	1,0419*** (0,0775)	2,8346*** (0,2197)	183,46
id	0,0073*** (0,0016)	1,0073*** (0,0016)	0,73	0,0041* (0,0022)	1,0041* (0,0023)	0,41
raca	-0,2668*** (0,0486)	0,7658*** (0,0372)	-23,42	-0,2417*** (0,0665)	0,7853*** (0,0522)	-21,47
gen	-0,1649*** (0,0372)	0,8480*** (0,0316)	-15,20	-0,1350*** (0,0507)	0,8737*** (0,0443)	-12,63
ntrab	0,0304 (0,0790)	1,0308 (0,0814)	3,08	0,2270** (0,1131)	1,2548** (0,1419)	25,48
formal	0,3724*** (0,0433)	1,4513*** (0,0629)	45,13	0,3191*** (0,0623)	1,3759*** (0,0858)	37,59
pub	-0,4724*** (0,0736)	0,6235*** (0,0459)	-37,65	-0,5281*** (0,1068)	0,5897*** (0,0630)	-41,03
no	-0,4816*** (0,0849)	0,6178*** (0,0525)	-38,22	-0,5202*** (0,1360)	0,5944*** (0,0808)	-40,56
ne	-0,5649*** (0,0695)	0,5684*** (0,0395)	-43,16	-0,4269*** (0,0868)	0,6525*** (0,0566)	-34,75
s	-0,1004 (0,0685)	0,9045 (0,0620)	-9,55	0,0342 (0,0923)	1,0348 (0,0956)	3,48
co	-0,3686*** (0,0734)	0,6917*** (0,0508)	-30,83	-0,1404 (0,1165)	0,8690 (0,1013)	-13,1
constante	-4,0729*** (0,0835)	0,0170*** (0,0014)	-98,30	-3,6675*** (0,1158)	0,0255*** (0,0030)	-97,45
N	148806	148806		58891	58891	
F	204,3942	204,3942		85,0367	85,0367	
p	0,0000	0,0000		0,0000	0,0000	

Fonte: elaboração própria (2018).

Notas: Desvio-padrão entre parênteses. Nível de significância: \*  $p < 0.10$ , \*\*  $p < 0.05$ , \*\*\*  $p < 0.01$ .

Como é possível observar na tabela 6, acima, a nível de Brasil, cada unidade de aumento (em R\$1.000,00) na renda, gera um aumento de 14,53% nas chances de o indivíduo poder contribuir com a previdência privada. Se o indivíduo possui 15 ou mais anos de estudo existe uma probabilidade 233% maior de contribuir com a previdência privada. Já para a idade, cada ano de aumento, gera apenas aumento de 0,73% nas chances de o indivíduo contribuir. Em se

tratando de raça, se ele for preto ou pardo, a influência é negativa, ou seja, a probabilidade é 23,42% menor na chance de ele contribuir do que se fosse branco. Quanto ao gênero, também é negativa a influência, pois se o indivíduo é mulher a probabilidade é 15,2% menor do que se fosse homem. No que tange ao trabalho, possuir dois ou mais trabalhos não alterou a probabilidade de contribuir para a previdência privada (não foi significativa); se o trabalho for formal, as chances aumentam em 45,13% e se for público, age de forma negativa, ou seja, a probabilidade de contribuir para a previdência privada é 37,65% menor do que quem não possui um emprego público. Isso pode se dar pelo fato de essas pessoas já contribuírem com um regime próprio dos servidores públicos, previdência complementar fechada. Sobre as grandes regiões, em relação à região Sudeste, todas as regiões possuem probabilidade menor de contribuir (exceto a região Sul que não foi significativa), sendo a região Nordeste a que possui a maior diferença, 43,16% de chance menor de contribuir do que alguém que vive na região Sudeste.

Analisando os resultados sobre as regiões metropolitanas, notam-se algumas sensíveis diferenças. Neste caso, cada unidade de aumento (em R\$1.000,00) na renda, gera um aumento de 13,55% nas chances de o indivíduo poder contribuir com a previdência privada. Se o indivíduo possui 15 ou mais anos de estudo, existe uma probabilidade 183% maior de contribuir com a previdência privada. No que tange ao trabalho, se possuir dois ou mais trabalhos a probabilidade é 25,48% maior de contribuir para a previdência privada. O efeito do número de trabalhos foi significativo ao contrário do que aconteceu no Brasil como um todo. Sobre as grandes regiões, em relação à região Sudeste todas as regiões também possuem probabilidade menor de contribuir (exceto a região Sul que não foi significativa), porém, neste caso a região Norte é a que possui maior diferença, 40,56% de chance menor de contribuir do que alguém que vive na região Sudeste.

Observando a tabela 7, a seguir, a nível de Brasil, cada unidade de aumento (em R\$1.000,00) na renda, gera um aumento de 14,05% nas chances de o indivíduo poder contribuir com a previdência privada. Se o indivíduo possui 15 ou mais anos de estudo, existe uma probabilidade 215% maior de contribuir com a previdência privada. Já para a idade, cada ano de aumento, gera apenas aumento de 0,44% nas chances de o indivíduo contribuir. Em se tratando de raça, se ele for preto ou pardo, a influência é negativa, ou seja, a probabilidade é 27,33% menor de chance de ele contribuir do que se fosse branco. Quanto ao gênero, também é negativo o efeito, caso o indivíduo seja mulher a probabilidade é 7,45% menor do que se

fosse homem, ou seja, a diferença entre gêneros diminuiu nos dois anos em relação a este estudo. No que tange ao número de trabalhos, a probabilidade mudou em relação ao ano 2012, agora é negativa e significativa, ou seja, é 19,55% menor a chance de contribuir para a previdência privada; se o trabalho for formal, as chances aumentam em 32,06% e se for público a probabilidade de contribuir para a previdência privada é 32,79% menor do que quem não possui um emprego público. Sobre as grandes regiões, em relação à região Sudeste todas as outras regiões possuem probabilidade menor de contribuir sendo que, para este ano, a região Norte apresentou a maior diferença, 52,92% de chance menor de contribuir do que alguém que vive na região Sudeste.

Tabela 7 – Estimações econométricas da demanda por previdência privada: 2015

Variável	Brasil			Regiões Metropolitanas		
	Logit	Logit Razão de Chance	Razão de chance percentual	Logit	Logit Razão de Chance	Razão de chance percentual
renda	0,1315*** (0,0071)	1,1405*** (0,0081)	14,05	0,1296*** (0,0099)	1,1384*** (0,0113)	13,84
nsup	1,1490*** (0,0522)	3,1552*** (0,1646)	215,52	1,1788*** (0,0715)	3,2504*** (0,2325)	225,04
id	0,0044*** (0,0015)	1,0044*** (0,0015)	0,44	0,0011 (0,0022)	1,0011 (0,0022)	0,11
raca	-0,3193*** (0,0433)	0,7267*** (0,0315)	-27,33	-0,3696*** (0,0613)	0,6910*** (0,0424)	-30,9
gen	-0,0775** (0,0340)	0,9255** (0,0315)	-7,45	-0,0929* (0,0500)	0,9112* (0,0456)	-8,88
ntrab	-0,2175** (0,0951)	0,8045** (0,0765)	-19,55	-0,2097 (0,1565)	0,8108 (0,1269)	-18,92
formal	0,2781*** (0,0430)	1,3206*** (0,0568)	32,06	0,1286** (0,0626)	1,1373** (0,0712)	13,73
pub	-0,3973*** (0,0722)	0,6721*** (0,0486)	-32,79	-0,4485*** (0,1122)	0,6386*** (0,0717)	-36,14
no	-0,7533*** (0,0967)	0,4708*** (0,0455)	-52,92	-0,3445** (0,1465)	0,7085** (0,1038)	-29,15
ne	-0,5699*** (0,0962)	0,5656*** (0,0544)	-43,44	-0,4689*** (0,0911)	0,6257*** (0,0570)	-37,43
s	-0,1727*** (0,0645)	0,8414*** (0,0543)	-15,86	-0,0189 (0,0800)	0,9812 (0,0785)	-1,88
co	-0,1855** (0,0845)	0,8307** (0,0702)	-16,93	-0,3391*** (0,1145)	0,7124*** (0,0816)	-28,76
constante	-3,9549*** (0,0827)	0,0192*** (0,0016)	-98,08	-3,6524*** (0,1154)	0,0259*** (0,0030)	-97,41
N	145666	145666		57727	57727	
F	193,8482	193,8482		107,3960	107,3960	
p	0,0000	0,0000		0,0000	0,0000	

Fonte: elaboração própria (2018).

Notas: Desvio-padrão entre parênteses. Nível de significância: \* p < 0.10, \*\* p < 0.05, \*\*\* p < 0.01.

Ao analisar os dados sobre as regiões metropolitanas para o ano de 2015, cada unidade de aumento (em R\$1.000,00) na renda gera um aumento de 13,84% nas chances de o indivíduo poder contribuir com a previdência privada. Se o indivíduo possui 15 ou mais anos de estudo, existe uma probabilidade 225% maior de contribuir com a previdência privada. Se o trabalho for formal, as chances aumentam em 13,73%, percentual bem menor do que o apresentado em todas as outras amostras. Os resultados das outras variáveis foram muito parecidos com o Brasil. Sobre as grandes regiões, em relação à região Sudeste todas as regiões também possuem probabilidade menor de contribuir (exceto o Sul que não foi significativa), também sendo aqui a região Nordeste a que possui maior diferença, 37,43% de chance menor de contribuir do que alguém que vive na região Sudeste.

Por fim, é possível apresentar algumas conclusões baseadas nos resultados apresentados. Em relação à renda, em todas as amostras, observou-se que existe uma relação positiva e significativa, ou seja, a renda é uma variável de influência sobre a demanda por previdência privada. Quanto maior o ganho do indivíduo, maior será a probabilidade de ele contribuir com a previdência privada investindo em seu futuro pós-laboral, ou seja, ele estará mais disposto a alocar uma parcela desta renda para este fim. Já a educação, tendo como base 15 ou mais anos de estudo, que equivale ao indivíduo estar cursando nível superior ou já o possuir, mostrou-se como uma variável de forte relação com o fato de contribuir com a previdência privada. Devido à amplitude de conhecimento, tanto em relação à previdência privada quanto em relação ao cenário socioeconômico do Brasil, as pessoas que frequentam ou frequentaram um ambiente acadêmico podem apresentar maior consciência em relação às finanças pós-laboral, caso isso fique totalmente por conta da previdência oficial. Assim, é possível afirmar que, as variáveis de interesse desta pesquisa possuem grau de relação considerável com o investimento na previdência privada, podendo alterar essa decisão.

Assim, os resultados encontrados neste trabalho demonstram que tanto a renda quanto a educação (nível superior de escolaridade, neste caso) possuem relação com a contribuição e interesse na previdência privada como observado em pesquisas anteriores. No trabalho de Costa e Soares (2017) foi mostrado que apenas 3,6% da amostra investigada (PNAD de 2011) investiu em previdência privada. O estudo mostrou que os indivíduos que investem em fundos de pensão privados têm escolaridade média acima da dos demais e indivíduos com maior renda possuem maior probabilidade em investir em previdência privada. Já na pesquisa de Constanzi e outros (2017) a evidência encontrada é que a previdência privada tem maior

penetração nas classes com maior nível de renda. Por fim, o trabalho de Adami e Gough (2008), traz evidências de que existe uma forte relação positiva entre renda e taxas de poupança e afirma que a incerteza com relação a renda e despesas de saúde, ou fatores comportamentais, pode causar taxas mínimas de poupança entre as famílias de baixa renda. Além disso, o estudo também afirma que a educação pode ajudar a fornecer aos indivíduos o conhecimento financeiro necessário para criar orçamentos domésticos, iniciar planos de poupança, entre outros. Finalmente, eles mostraram que renda e escolaridade assumiram maior poder explicativo para a filiação a um plano de previdência privada.

A Tabela 8, a seguir, apresenta algumas estatísticas sobre o ajustamento do modelo nos anos analisados. Através do  $R^2$  de MacFadden (Pseudo  $R^2$ ), nota-se um baixo grau de poder explicativo do modelo para os dois anos; 0,116 em 2012 e 0,129 em 2015. No entanto, para os modelos não lineares existem várias medidas de  $R^2$  e por isso seu resultado é limitado como uma medida geral de ajuste. A especificidade do modelo, ou seja, o percentual de acerto na previsão do resultado observado dos indivíduos que não são evento, ou seja, dos indivíduos que não investem na previdência privada, foi de 99,88% e 99,84%, para 2012 e 2015 respectivamente, e a sensibilidade (percentual de acerto de quem foi evento) foi de 2,18% em 2012 e 3% em 2015, valores considerados baixos. Isso pode demonstrar que o modelo foi melhor para prever não eventos do que eventos. No entanto, para calcular os indicadores de ajuste, foi adotado o corte de 0,5, ou seja, somente quem apresentasse probabilidade prevista a partir desse valor seria assumido como evento (investe na previdência privada). Como o percentual de indivíduos que investem é muito baixo, o valor de corte pode ter sido muito alto. De forma geral, o modelo apresentou um percentual de valores corretamente previstos de 96% para os indivíduos nas duas amostras, indicando um bom ajuste aos dados observados.

Tabela 8 – Estatísticas de Ajuste do Modelo Estimado: 2012 e 2015

Estatísticas	2012	2015
$R^2$ de MacFadden (Pseudo $R^2$ )	0,116	0,129
Classificação correta ( <i>cutoff</i> = 0,5)	96,52%	96,40%
Sensibilidade ( <i>cutoff</i> = 0,5)	2,18%	3,00%
Especificidade ( <i>cutoff</i> = 0,5)	99,88%	99,84%

Fonte: elaboração própria (2018).

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi identificar se existe alguma relação da renda e do nível superior de escolaridade (completo ou incompleto) com a decisão de investir em previdência privada e, em caso positivo, qual o grau dessa relação, levando-se em consideração que a previdência privada torna-se uma alternativa de complemento à previdência oficial. De acordo com os estudos mostrados ainda existe pouca divulgação dos benefícios oferecidos por este plano.

O trabalho buscou contribuir para incentivar o interesse na previdência privada como investimento para uso pós-laboral devido ao atual cenário do Brasil no que diz respeito à previdência pública. Também buscou contribuir com informações para as empresas administradoras de planos de previdência privada no que tange em conhecer um pouco mais do perfil de quem se interessa atualmente por esses planos, podendo aquelas repensar em tipos de planos que possam atingir outras fatias do mercado, bem como criar planos mais adequados e mais específicos a cada estrato da sociedade. Assim, seria possível estender o alcance da previdência privada, podendo incentivar a educação financeira. Este trabalho também contribuiu para que se possa pensar em algum tipo de política pública que gire em torno da disseminação da educação financeira para a população geral. É possível difundir o tema através de ações simples e que chamem atenção para o assunto desde a idade escolar, por exemplo.

Para que se alcançasse estes objetivos foi usada a base de dados dos indivíduos extraídos da PNAD, pesquisa específica do IBGE, dos anos de 2012 e 2015. Os resultados foram estimados por meio de uma equação de regressão múltipla, através do modelo *logit*.

Os principais resultados encontrados mostraram que a renda e os anos de estudo, considerando-se 15 ou mais anos de estudo (frequentando nível superior ou já possuindo), têm grau considerável de relação com a contribuição para a previdência privada. Isso quer dizer que existe maior probabilidade de pessoas que possuem renda maior e mais anos de estudo investirem na previdência complementar pensando em seu futuro pós-laboral. O resultado estimado apenas para as regiões metropolitanas foi semelhante. Portanto, a hipótese do estudo foi confirmada.

Dessa forma, os dados analisados nesta pesquisa permitem dizer que as adesões a planos de previdência privada ainda são muito baixas, mesmo considerando um público com renda maior, onde seria possível alocar parte desta renda para este fim. No entanto, foi possível entender com base nos resultados encontrados que existe relação da renda com a possibilidade de investir, ou seja, há intenção de poupar. No que diz respeito à quantidade de anos de estudo notou-se forte influência sobre a variável, ou seja, com maiores anos de estudo, o conhecimento sobre o cenário previdenciário brasileiro causa interesse na contribuição para a previdência privada. Assim, pode-se supor que se o indivíduo possuir muitos anos de estudo e possuir renda acima da média, a probabilidade de investir em previdência privada aumenta consideravelmente.

O produto “previdência privada” ainda é pouco divulgado e pouco consumido, mesmo tratando-se de algo que pode ser positivo, por tratar-se de uma soma na renda da aposentadoria. Por isso, este estudo traz à tona esta discussão. É necessário que o investimento em previdência privada não dependa apenas do fato de a previdência pública estar em um momento positivo ou negativo na economia do país. Por isso, vale a popularização deste assunto.

Por fim, é possível indicar algumas extensões que podem ser feitas a partir deste trabalho. Como exemplo, podem ser citadas as seguintes: estimar a demanda por previdência privada para cada uma das principais regiões metropolitanas do país e para cada macro região do país; estimar o modelo incluindo faixas de renda; e estimar o modelo para os indivíduos que ganham acima do teto de aposentadoria do INSS.

## REFERÊNCIAS

ADAMI, Roberta; GOUGH, Orla. Pension reforms and saving for retirement: comparing the United Kingdom and Italy. **Policy Studies**, v. 29, n. 2, p. 119-135, 2008.

ARAÚJO, Lucimara dos Santos. Fatores condicionantes para adesão a planos de previdência complementar. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E PROPRIEDADE INTELECTUAL: DESAFIOS DA ENGENHARIA DE PRODUÇÃO NA CONSOLIDAÇÃO DO BRASIL NO CENÁRIO ECONÔMICO MUNDIAL, 31, 2011, Porto Alegre. **Anais...** Belo Horizonte - MG, 2011.

BRASIL. Leis e decretos. **Proposta de Emenda Constitucional nº 287**, de 2016. Disponível em:<  
<https://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2119881#marcao-conteudo-portal>>. Acesso em: 08 nov. 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal Seção III - da previdência social (arts. 201 e 202). Disponível em: <  
[http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988\\_26.02.2015/art\\_201\\_.asp](http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_26.02.2015/art_201_.asp)>. Acesso em: 02 out. 2018.

BORGES, Gabriel Mendes; CAMPOS, Marden Barbosa de; SILVA, Luciano G. de C. e. Transição da estrutura etária no Brasil: oportunidades e desafios para a sociedade nas próximas décadas. In: ERVATTI, Leila R.; BORGES, Gabriel M.; JARDIM, Antônio de P. **Mudança demográfica no Brasil no início do século XXI**: Subsídios para as projeções da população. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. p.138-151

CAMARANO, Ana Amélia; FERNANDES, Daniele. A Previdência social brasileira. In: ALCÂNTARA, Alexandre de Oliveira; CAMARANO, Ana Amélia; GIACOMIN, Karla Cristina. **Política nacional do idoso**: velhas e novas questões. Rio de Janeiro : Ipea, 2016. 615 p

CASTELÃO, Simone Ribeiro. **A eficácia das ações de educação previdenciária como ferramenta para melhorar o entendimento do produto previdência privada**. 2012. 114 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Empresarial) - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2012.

COELHO, Namilton Nei Alves; CAMARGOS, Marcos Antônio de. Fundos de pensão no Brasil: uma análise dos fatores determinantes para sua expansão na perspectiva dos seus gestores. **Revista O&S**. Salvador, junho de 2012.

CONSTANZI, Rogério Nagamine; ANSILIERO, Graziela. **Impacto fiscal da demografia na previdência social**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, abril de 2017. Texto para Discussão

CONSTANZI, R. N. et al. Reforma da previdência social. In: DE NEGRI, João Alberto; ARAÚJO, Bruno César; BACELETTE, Ricardo (Orgs.). **Desafios da nação**: artigos de apoio. Brasília: IPEA, 2018, v. 2, 678 p.

CONSTANZI, R. N. et al. **Perfil dos Contribuintes para Previdência Privada**. IPEA, Diretoria de Estudos e Políticas Sociais. Nota Técnica nº 43. Novembro de 2017. Disponível em: <<http://sa.previdencia.gov.br/site/2018/07/Perfil-dos-Contribuintes-para-Previdencia-Privada.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2018.

COSTA, Patrícia Romualdo; SOARES, Thiago Costa. A demanda por previdência privada no Brasil: uma análise empírica. **Textos de Economia**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 36-50, nov. 2017. ISSN 2175-8085.

DEVITTE, Vanessa Roberta; SALVAGNI, Julice. O planejamento financeiro frente aspectos da longevidade na previdência social. In: SEMANA DE EXTENSÃO, PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO SEPESQ, 11, 2015, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Centro Universitário Ritter dos Reis, 2015.

ELLERY JUNIOR, Roberto de Goes; BUGARIN, Mirta NS. Previdência social e bem estar no Brasil. **Rev. Bras. Econ.** Rio de Janeiro, v. 57, n. 1, p. 27-57, março de 2003.

FENAPREVI. **Dados estatísticos do segmento de pessoas**. Disponível em:< <http://fenaprevi.org.br/fenaprevi/estatisticas/>>. Acesso em 11 set. 2018.

FRANCISCHETTI, Carlos Eduardo; CAMARGO, Lumila Souza Girioli; SANTOS, Nilcéia Cristina dos. Qualidade de vida, sustentabilidade e educação financeira. **Revista de Finanças e Contabilidade da Unimep – REFICONT** v. 1, n.1, Jul/Dez – 2014.

GUJARATI, Damodar N., PORTER, Dawn C. **Econometria básica**. 5.ed. Porto Alegre: AMGH Editora Ltda., 2011.

IBGE. **Projeção da população do Brasil por sexo e idade 2000-2030**. Rio de Janeiro: Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2003.

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2015/default.shtm>>. Acesso em 22 ago. 2018.

LAVINAS, Lena; ARAÚJO, Eliane de. Reforma da Previdência e Regime Complementar. **Revista de Economia Política**, vol. 37, nº 3 (148), pp. 615-635, julho-setembro/2017.

MADUREIRA, Gustavo Lopes Rangel; MÉXAS, Mirian Picinini; DRUMOND, Geisa Meirelles. Análise da Adesão à Previdência Privada como complemento à aposentadoria do trabalhador brasileiro. **Sustainable Business-International Journal**. Rio de Janeiro, n.65, setembro/2016. ISSN 1807-5908.

MALLMANN, Gaspar Carlisto. **Estudo sobre a percepção da previdência social e sua influência na decisão de aderir a planos de previdência complementar privada aberta**. Porto Alegre: Universidade do Rio Grande do Sul, 2004.

MONTEIRO, Patrícia Cerqueira. Importância da Educação Previdenciária. In: CONGRESSO BRASILEIRO DOS FUNDOS DE PENSÃO, 29, 2008, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Abrapp/ICSS/Sindapp, 2008.

OLIVEIRA, Francisco Eduardo Barreto de; BELTRÃO, Kaizô Iwakami; FERREIRA, Mônica Guerra. Reforma da Previdência. **Texto para discussão IPEA**, Rio de Janeiro, nº 508, 1997.

OLIVEIRA, Francisco E. Barreto de., PASINATO, Maria Tereza de Marsillac., PAYNEAU, Fernanda Paes Leme. Evolução recente do sistema de previdência complementar. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. 20, **Anais...** Foz do Iguaçu, 2016.

SANTANA, Ana Elisa; JADE, Líria. **Reforma da Previdência: saiba o que muda com as novas regras propostas**. Brasília: Agência Brasil, 2016. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-12/reforma-da-previdencia-saiba-o-que-muda-com-novas-regras-propostas>>. Acesso em: 03/ago. 2018

SUSEP (Superintendência de Seguros Privados). **Previdência Complementar Aberta**. Disponível em <<http://www.susep.gov.br/menu/informacoes-ao-publico/planos-e-produtos/previdencia-complementar-aberta>> Acesso em 11/jan. 2018.

TAFNER, Paulo; BOTELHO, Carolina; ERBISTI, Rafael. Transição demográfica e o impacto fiscal na previdência brasileira. In: CAMARANO, Ana Amélia (org). **Novo regime demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento?** Rio de Janeiro: Ipea, 2014. 658 p.: il.

ZYLBERSTAJN, Hélio; AFONSO, Luís Eduardo; SOUZA, André Portela. Reforma da previdência social e custo de transição: simulando um Sistema Universal para o Brasil. **Revista Contabilidade e Finanças**. São Paulo, v.17, n°esp, 2006.

WOOLDRIDGE, Jeffrey M. **Introdução à econometria**: uma abordagem moderna. 4.ed. São Paulo: Cenage Learning, 2010.